

DOCUMENTO DE POLÍTICA N.º 19

# O Mapa da Criança: A Indigência entre as Crianças e os Adolescentes

Anna Maria T.M. Peliano, coord.

NOVEMBRO DE 1993

**ipea**  
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

DOCUMENTO DE POLÍTICA N.º 19

# O Mapa da Criança: A Indigência entre as Crianças e os Adolescentes

Anna Maria T.M. Peliano, coord. .

NOVEMBRO DE 1993

## **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

*O IPEA é uma fundação pública vinculada à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, cujas finalidades são: auxiliar o Ministro da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.*

### **PRESIDENTE**

Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo

### **DIRETOR EXECUTIVO**

Aécio Gomes de Matos

### **DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Luiz Antonio de Souza Cordeiro

### **DIRETOR DE PESQUISA**

Claudio Monteiro Considera

### **DIRETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Heitor Cordeiro Chagas de Oliveira

**DOCUMENTO DE POLÍTICA** tem o objetivo de apresentar breve discussão sobre determinadas políticas de governo propostas ou em vigor.

Tiragem: 200 exemplares

### **SERVIÇO EDITORIAL**

**Brasília - DF:**

SBS. Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES - 10.º andar

CEP 70.076-900

**Rio de Janeiro**

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 17.º andar

CEP 20.020 - Rio de Janeiro - RJ

---

## SUMÁRIO

---

- I. APRESENTAÇÃO
  - II. O MAPA DA CRIANÇA: O QUE REVELAM OS INDICADORES?
  - III. CONCLUSÃO
  - IV. TABELAS
-

## **O Mapa da Criança: A Indigência entre as Crianças e os Adolescentes**

Anna Maria T.M. Peliano, coord.

Alfonso Rodrigues Arias\*  
Luis Carlos dos Santos\*  
Lúcia Manalti Panariello\*  
Maria Alice C. Barbosa\*  
Sebastião Francisco Camargo\*  
Selma Maria Gabriel Calheiros\*  
Fernando Aguiar Madeira Campos\*\*  
Gustavo Falcão Silva\*\*

- \* *Técnicos da Coordenação de Política Social — CPS/IPEA*
- \*\* *Estagiários da CPS/IPEA*

---

## I. APRESENTAÇÃO

A divulgação de números que expõem a dimensão da pobreza suportada por milhões de brasileiros tem contribuído para sensibilizar a opinião pública e mobilizar a sociedade em torno de movimentos voltados para o enfrentamento desse problema. Assim foi com o *Mapa da Fome*, elaborado pelo IPEA, como contribuição à campanha de combate à fome e à miséria em todo o território nacional. Assim deverá ser, agora, com a divulgação dos números relativos à pobreza que afeta a população infanto-juvenil.

Entre os mais pobres, as crianças e adolescentes, merecem atenção prioritária. Estes devem ser o objeto principal dos programas sociais e assistenciais, uma vez que são o contingente populacional mais vulnerável ao flagelo da pobreza e aos riscos de perdas irreparáveis no seu desenvolvimento físico e intelectual.

Apesar da prioridade mencionada, não se dispõe de medições precisas sobre a dimensão da pobreza desse grupo etário e, muito menos, das características específicas de cada um dos mais importantes de seus subgrupos. Esta lacuna precisa ser preenchida para que se possa aprofundar as discussões sobre modos e meios para promover-se um efetivo combate à pobreza infanto-juvenil.

Por iniciativa do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — Conanda — que solicitou ao IPEA a preparação de estimativas nacionais, estaduais e municipais, relativas aos menores de 18 anos em condições de indigência, dá-se um primeiro passo na direção de um melhor conhecimento de uma triste realidade. Essas estimativas, ora disseminadas, retratam as precárias condições em que sobrevivem crianças e adolescentes no Brasil, e têm por finalidade contribuir para a melhoria das políticas voltadas para o atendimento de suas necessidades.

Vale ressaltar que tais estimativas são coerentes com os dados globais de indigência constantes do *Mapa da Fome* e que serão atualizadas tão logo o IBGE divulgue os resultados definitivos do censo demográfico de 1991 e da PNAD 1992.

## II. O MAPA DA CRIANÇA: O QUE REVELAM OS INDICADORES?

### II.1 *A Distribuição Espacial da Indigência Infanto-Juvenil*

Quinze milhões de crianças e adolescentes — um quarto da população infanto-juvenil — pertencem a famílias indigentes, isto é, aquelas que, destinando toda a renda mensal à alimentação, poderiam, na melhor das hipóteses, adquirir apenas os alimentos necessários à satisfação de seus requerimentos nutricionais.<sup>1</sup>

Os dados revelam que a proporção da indigência no Brasil é mais significativa para o grupo infanto-juvenil. Enquanto os 32 milhões de indigentes a que se referem o *Mapa da Fome* correspondem a 22% da população nacional, os 15 milhões de indigentes infanto-juvenis representam praticamente a metade do total de indigentes brasileiros.

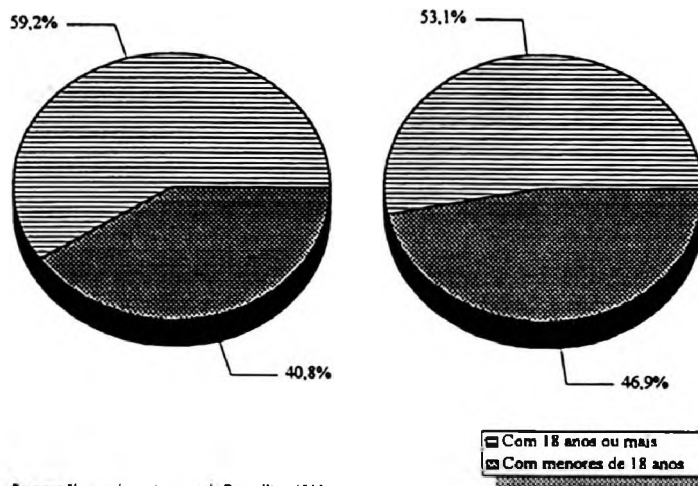
---

<sup>1</sup> Segundo a FAO, a cesta básica per capita/dia corresponde a 2.242 kcal e 53 gramas de proteínas.

**Brasil - População Total e Indigente**

População Total : 147 milhões  
População Infanto-Juvenil: 60 milhões

População Indigente: 32 milhões  
População Infanto-Juvenil Indigente: 15 milhões

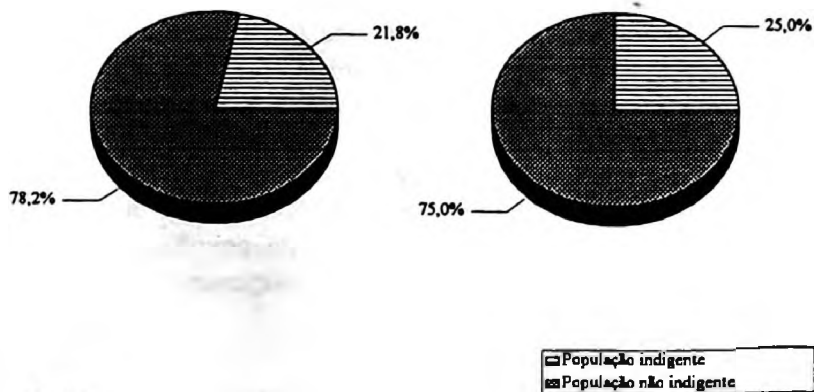


Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.  
Nota: Exclusão as pessoas da área rural da região Norte.  
Elaboração: CPS/FEA

**Brasil - População Total e Indigente**

População Total : 147 milhões  
População Total Indigente: 32 milhões

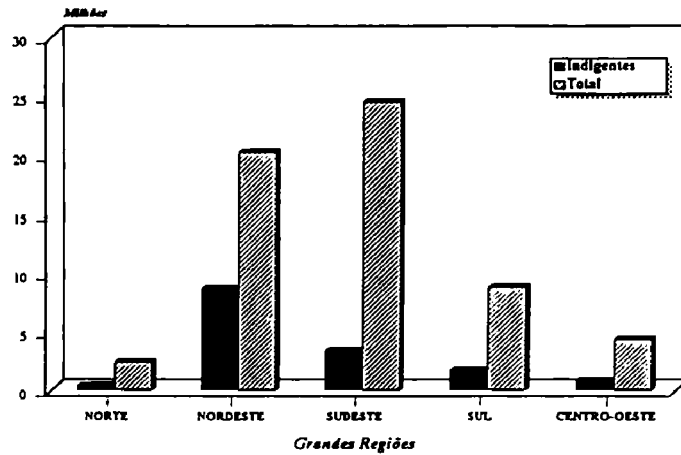
População Infanto-Juvenil : 60 milhões  
População Infanto-Juvenil Indigente: 15 milhões



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.  
Nota: Exclusão as pessoas da área rural da região Norte.  
Elaboração: CPS/FEA

É no Nordeste que se concentra o maior número de crianças e adolescentes que sobrevivem em condições de miséria. São ao todo 8,6 milhões de pessoas, representando 43% dos menores de 18 anos da região. Com esses números, o Nordeste é responsável por 59% do total de indigentes brasileiros do grupo infanto-juvenil.

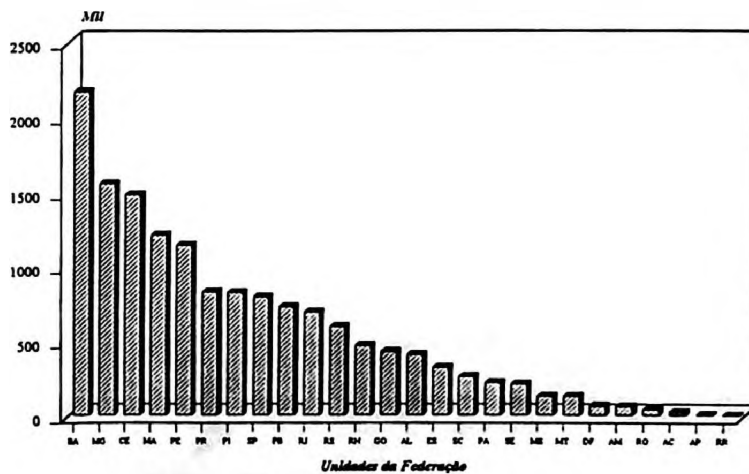
Menores de 18 Anos Total e Indigentes, segundo as Grandes Regiões, 1990



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.  
 Nota: Excluído o número de menores de 18 anos de região Norte.  
 Elaboração: CPD/IBGE

Bahia, Minas Gerais e Ceará lideram a relação dos estados que abrigam não só o maior número de brasileiros indigentes, como também o maior número de crianças e adolescentes nesta mesma condição de vida. São 2,1 milhões de menores de 18 anos na Bahia, 1,5 milhão em Minas Gerais e 1,4 milhão, no Ceará. No entanto, em termos relativos, a maior concentração de indigência infanto-juvenil se encontra no Piauí — 61% do total de menores de 18 anos do estado. Seguem-se Ceará e Paraíba com 50%.

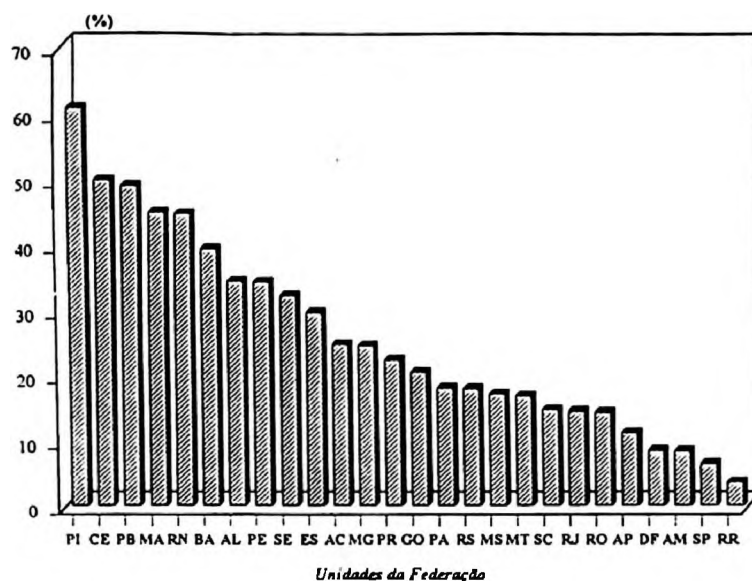
Menores de 18 Anos Indigentes, segundo as Unidades da Federação, 1990



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.  
 Nota: Excluído o número de área rural das unidades da região Norte.  
 Elaboração: CPD/IBGE



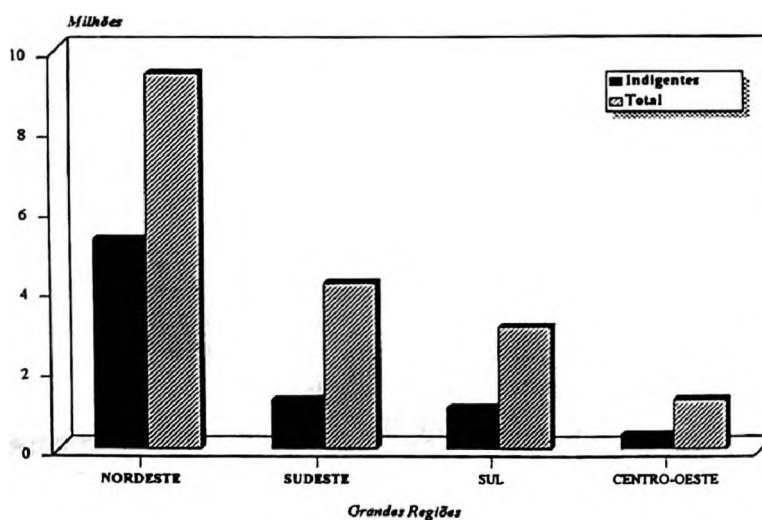
**Menores de 18 Anos Indigentes em Relação ao Total de Menores de 18 anos, segundo as Unidades da Federação, 1990**



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.  
 Nota: Exclusivo as pessoas das áreas rurais das cidades da região Norte.  
 Elaboração: CPS/ÍPEA

Um pouco mais da metade das crianças e adolescentes em situação de extrema pobreza — 7,8 milhões ou 54% dos menores de 18 anos — vivem nas áreas rurais. Mais uma vez é o Nordeste rural que reúne o maior universo de indigentes — 5,2 milhões de pessoas ou mais da metade (56%) da população rural nordestina nesta faixa etária.

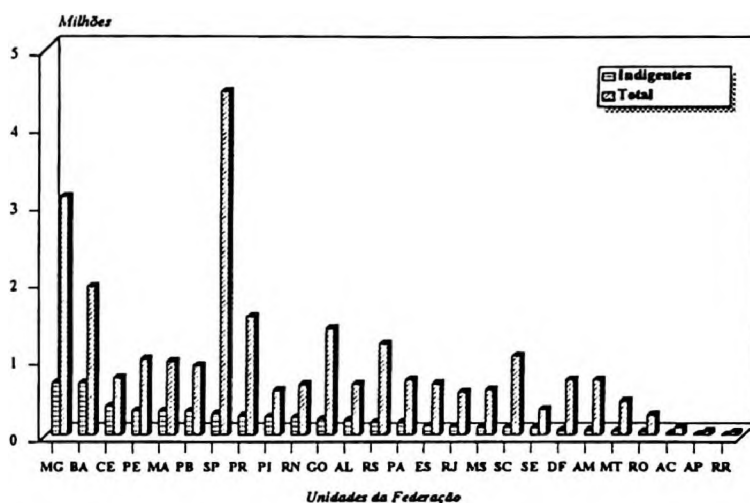
**Menores de 18 Anos Total e Indigentes, que Vivem nas Áreas Rurais, segundo as Grandes Regiões, 1990**



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.  
 Elaboração: CPS/ÍPEA

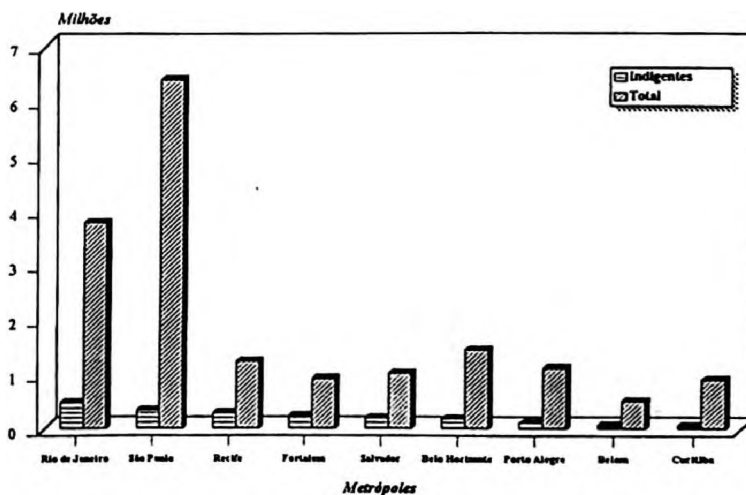
As áreas urbanas não-metropolitanas concentram cinco milhões de indigentes infanto-juvenis, com uma incidência percentual de 20%, o dobro da apresentada pelo conjunto das áreas metropolitanas (11%), onde o total destes miseráveis atinge 1,9 milhão. Entretanto, analisando-se os centros urbanos individualmente, verifica-se que são nas áreas metropolitanas, sobretudo da região Sudeste, que se verifica o maior número de crianças e adolescentes indigentes. Estes representam um contingente de 471 mil na cidade do Rio de Janeiro e 327 mil em São Paulo. Em seguida vem a região metropolitana de Recife, com 283 mil, e Fortaleza, com 229 mil.

Menores de 18 Anos, Total e Indigentes que Vivem nas Áreas Urbanas Não Metropolitanas, segundo as Unidades da Federação, 1990



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.  
Elaboração: CPS/PEA

Menores de 18 Anos, Total e Indigentes, que Vivem nas Áreas Metropolitanas, 1990



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.  
Elaboração: CPS/PEA

Resumindo, é na área rural do Nordeste que se concentra, de forma significativa, a indigência infanto-juvenil — 5,2 milhões de pessoas. Ainda que menos expressivas, são as áreas urbanas também do Nordeste que acumulam o segundo maior contingente de indigentes menores de 18 anos, com um total de 3,4 milhões de pessoas. A indigência urbana no Nordeste atinge 22% das crianças e adolescentes que vivem nas metrópoles e 35% daquelas que vivem nas áreas urbanas não-metropolitanas.

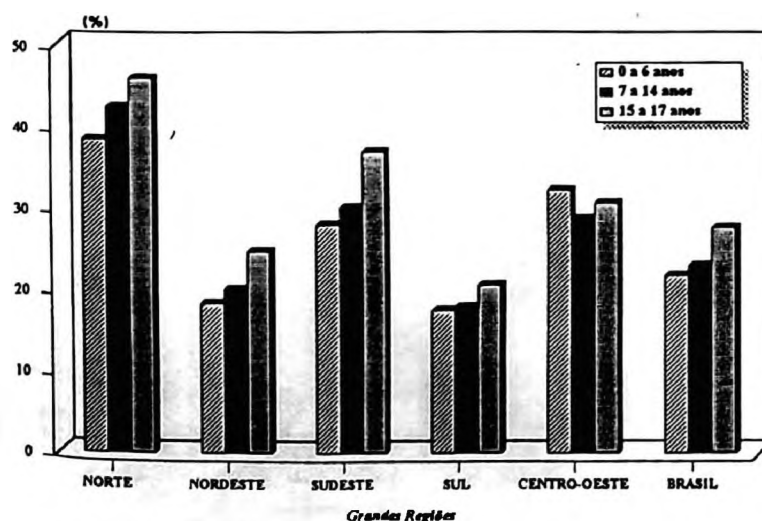
Ao contrário, no Sudeste, segunda região em número de indigentes, o fenômeno concentra-se maciçamente nas áreas urbanas. Do total de 3,3 milhões de indigentes, 2,1 milhões vivem nas cidades onde, paradoxalmente, a proporção de crianças e adolescentes indigentes é a mais baixa do país (10,5%). Desse total urbano, 1,1 milhão encontra-se nos centros urbanos não-metropolitanos e a outra metade, 1 milhão, nas áreas metropolitanas.

Ao se desagregar a análise da indigência infanto-juvenil para as faixas etárias de 0 a 6 anos, 7 a 14 anos, e 15 e 17 anos, observou-se a evidência das mesmas tendências em relação à sua distribuição espacial. Os dados apontam, entretanto, para um declínio dos índices de indigência, conforme aumenta a idade dessas crianças. Tal fato pode ter uma estreita relação com a maior capacidade de geração de rendimentos por parte dos demais membros da família, incluindo os próprios adolescentes.

## II.2 A Configuração Familiar das Crianças e Adolescentes Indigentes

São 3,3 milhões de crianças e adolescentes indigentes que fazem parte de famílias chefiadas por mulheres. Ou seja, de cada quatro brasileiros indigentes menores de 18 anos, um encontra-se nesse tipo de organização familiar. Dentro do grupo infanto-juvenil, nota-se que a incidência de indigentes em famílias chefiadas por mulheres tende a elevar-se com a idade. Assim, a proporção de adolescentes em situação de indigência entre 15 e 17 anos, em famílias com chefia feminina, atinge 28%, caindo para 23% no segmento de 7 a 14 anos, e para 22% no de 0 a 6 anos.

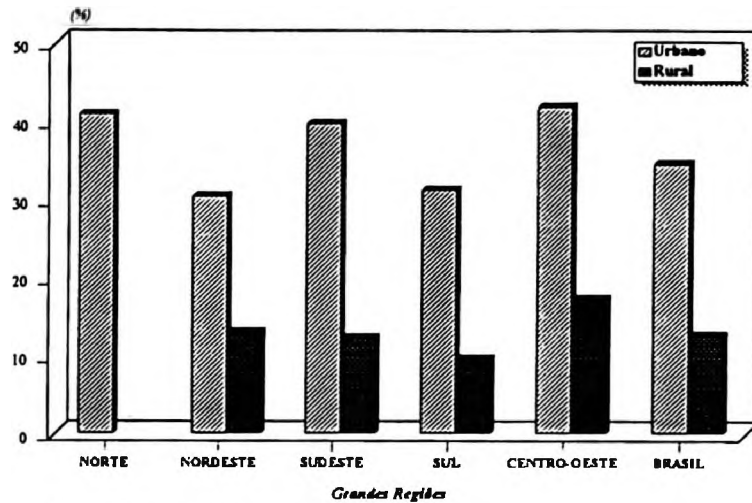
Menores de 18 Anos Indigentes que Pertencem a Famílias Chefiadas por Mulheres em relação ao Total de Menores de 18 Anos Indigentes, por Faixa Etária, segundo Brasil e as Grandes Regiões, 1990



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.  
 Nota: Excluído os povoados da área rural dos estados da região Norte.  
 Elaboração: CPS/PPA

Os dados mostram, também, que o fenômeno de chefia feminina é essencialmente urbano, e mais ainda metropolitano. Foi observada uma incidência de 39% de crianças e adolescentes indigentes cujas famílias são chefiadas por mulheres nas regiões metropolitanas, ao passo que nas áreas rurais essa condição se reduz para 13% dos menores de 18 anos.

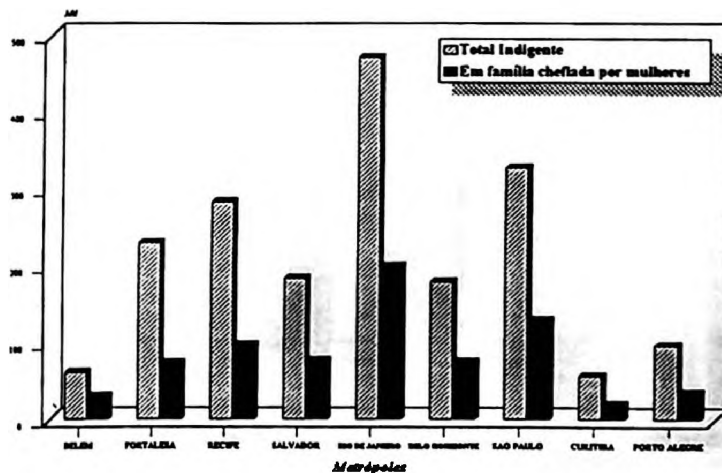
Menores de 18 Anos Indigentes que Pertencem a Famílias Chefiadas por Mulheres em relação ao Total de Menores de 18 Anos Indigentes, por Situação de Domicílio, segundo as Grandes Regiões, 1990



Fuente: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.  
 Nota: Exclui-se as áreas da área rural da região Norte.  
 Elaboração: CPS/YPEA

As cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, nessa ordem, apresentam o maior número de crianças e adolescentes sob a chefia familiar de mulheres, num total de 422 mil pessoas. Em termos relativos, entretanto, Brasília destaca-se em primeiro lugar, com 45% de menores de 18 anos indigentes em famílias chefiadas por mulheres.

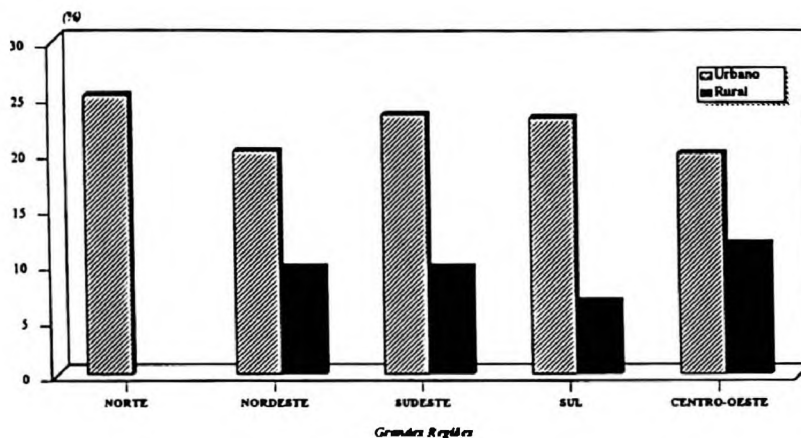
Menores de 18 Anos Indigentes Total, e em Famílias Chefiadas por Mulheres nas Áreas Metropolitanas, 1990



Fuente: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.  
 Elaboração: CPS/YPEA

Situação semelhante ocorre em relação a crianças e adolescentes que pertencem a famílias chefiadas por alguém que não trabalha. O exame dos dados indica que, nas áreas metropolitanas e urbanas não-metropolitanas, a presença de menores indigentes nessas famílias atinge cerca de 22%, ao passo que, nas áreas rurais, essa proporção se reduz à 9%. Dessa forma, nas áreas rurais, onde a indigência infanto-juvenil é mais elevada, a desfavorável situação reflete, principalmente, as baixas compensações monetárias obtidas nas ocupações agrícolas.

Menores de 18 Anos Indigentes em Famílias cujo o Chefe não Trabalha, em relação ao Total de Menores de 18 Anos Indigentes, por Situação de Domicílio, segundo as Grandes Regiões, 1990

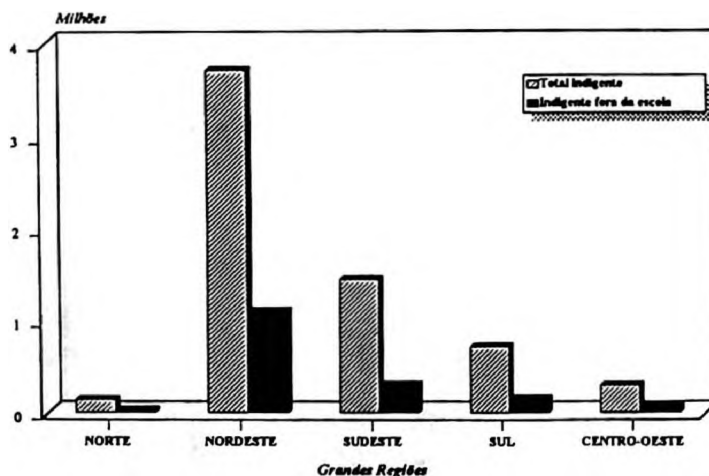


Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.  
 Nota: Excluídas as pessoas da área rural da região Norte.  
 Elaboração: CPS/PEA

### II.3. O Que Fazem as Crianças e Adolescentes de 7 a 17 anos Indigentes?

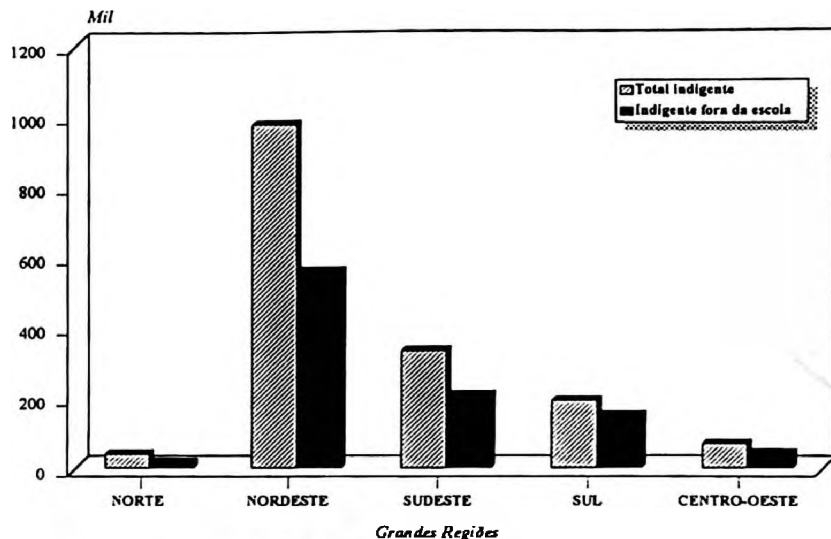
No Brasil, estão fora da escola 2,6 milhões de crianças e adolescentes, dos quais, 1,6 milhão pertence a uma faixa etária cuja frequência escolar é obrigatória — 7 a 14 anos. No grupo de 15 a 17 anos, a proporção de indigentes fora da escola chega a atingir 61% dos indigentes nessa faixa etária.

Menores de 7 a 14 Anos Indigentes Total, e Fora da Escola, segundo as Grandes Regiões, 1990



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.  
 Nota: Excluídas as pessoas da área rural da região Norte.  
 Elaboração: CPS/PEA

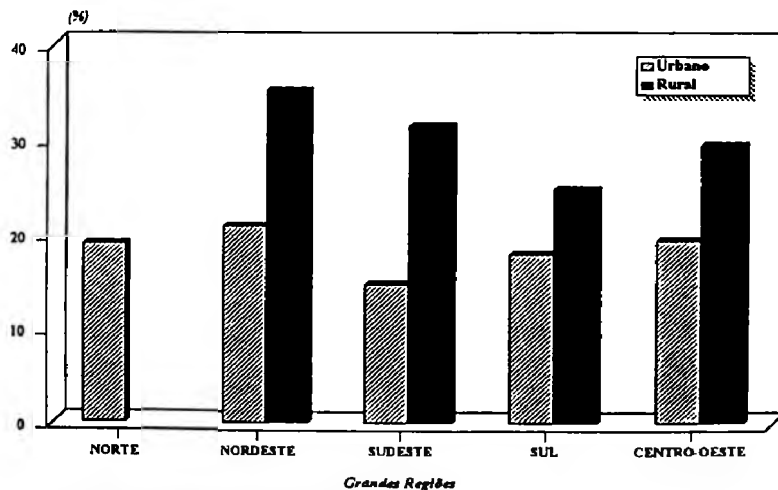
Menores de 15 a 17 Anos Indigentes Total, e Fora da Escola, segundo as Grandes Regiões, 1990



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.  
 Nota: Exclusão da área rural da região Norte.  
 Elaboração: CPS/PEA

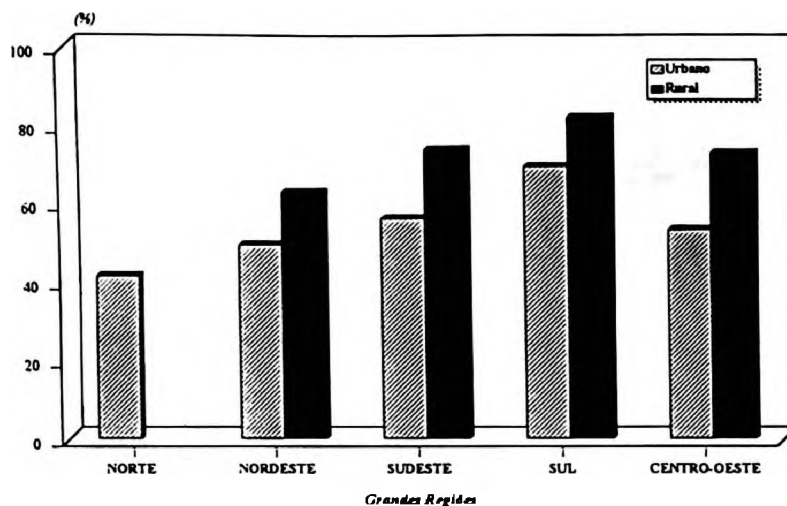
Os dados revelam que a maioria dos indigentes de 7 a 17 anos que não estão frequentando estabelecimentos de ensino vivem nas áreas rurais: 1,1 milhão na faixa etária de 7 a 14 anos, e 560 mil na faixa de 15 a 17 anos. As proporções diminuem nas áreas urbanas e, progressivamente, nas metrópoles, onde o percentual de indigentes fora da escola representa 15% na primeira faixa, e 49% na segunda (15 a 17 anos).

Menores de 7 a 14 Anos Indigentes Fora da Escola, em relação ao Total de Menores de 7 a 14 Anos Indigentes, por Situação de Domicílio, segundo as Grandes Regiões, 1990



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.  
 Nota: Exclusão da área rural da região Norte.  
 Elaboração: CPS/PEA

**Menores de 15 a 17 Anos Indigentes Fora da Escola, em relação ao Total de Menores de 15 a 17 Anos Indigentes, por Situação de Domicílio, segundo as Grandes Regiões, 1990**

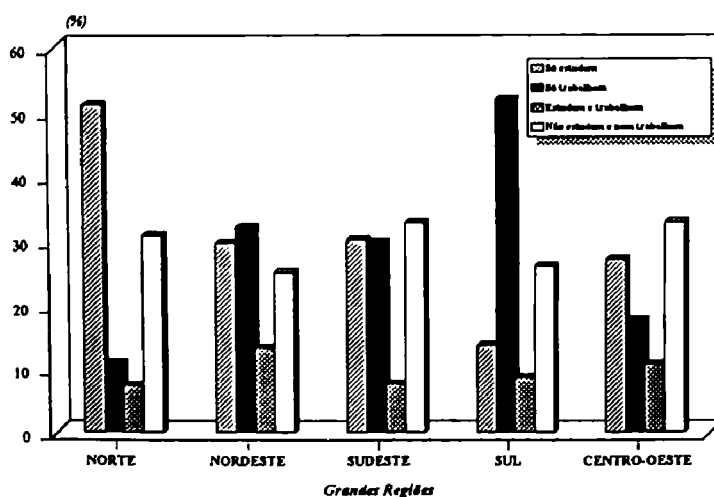


Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.  
 Nota: Excluídas as crianças da área rural da região Norte.  
 Elaboração: CPS/FEA

As proporções significativamente mais elevadas de abandono escolar observadas no grupo etário de 15 a 17 anos se explicam, em parte, pela necessidade de ingressarem mais cedo no mercado de trabalho. Assim é que, no Brasil, de cada três jovens indigentes, um deles trabalha.

Não é desprezível, entretanto, a dimensão dos que não estudam e nem trabalham. São um pouco mais de 400 mil jovens, representando 27% do total de indigentes nesta faixa etária.

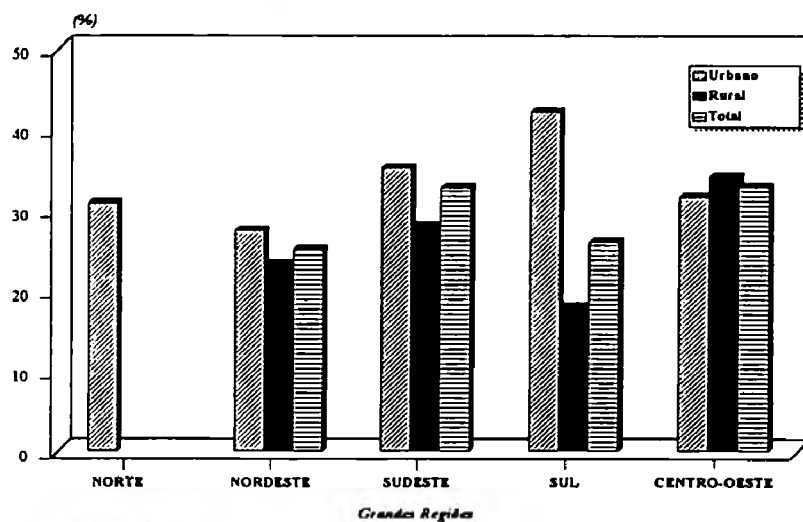
**Menores de 15 a 17 Anos Indigentes por Situação de Trabalho e Frequência à Escola em relação ao Total de Menores de 15 a 17 Anos Indigentes, segundo as Grandes Regiões, 1990**



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.  
 Nota: Excluídas as crianças da área rural da região Norte.  
 Elaboração: CPS/FEA

No que se refere aos jovens indigentes que não trabalham nem estudam, observa-se que este é um fenômeno típico das grandes cidades. É aí que se encontram os grandes bolsões de inatividade desse grupo populacional, o mais exposto aos riscos de desajuste social. O Sudeste acolhe a maior proporção de adolescentes de 15 a 17 anos em absoluta inatividade: 33% de seus jovens indigentes, num total de 108 mil. Já no Nordeste, apesar de reunir 244 mil jovens indigentes e inativos, este número representa 25% do total de jovens indigentes daquela região. Note-se que essa proporção é menor do que a média nacional (27%).

Menores de 15 a 17 Anos Indigentes que não Estudam nem Trabalham, em relação ao Total de Menores de 15 a 17 Anos Indigentes, por Situação de Domicílio, segundo as Grandes Regiões, 1990



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.  
 Nota: Excluído do grupo de área rural da região Norte.  
 Elaboração: CPS/FEA

### III. CONCLUSÃO

A situação de miséria em que vivem milhões de crianças e adolescentes no Brasil contrasta de forma inaceitável com os padrões de riqueza ostentados pela décima economia mundial.

Os quinze milhões de indigentes em idade inferior a 18 anos estão disseminados por todo o território nacional, concentrando-se, entretanto, na região Nordeste, especialmente na área rural. Ali encontra-se um terço de todas as crianças e adolescentes que vive em situação de extrema pobreza.

Um terço dos indigentes de 7 a 17 anos não está freqüentando a escola. Constatou-se, ainda, que 23% dos jovens indigentes, entre 15 e 17 anos, são analfabetos (no Nordeste são 32%), e que nesse mesmo grupo apenas 20% conseguiram completar a quarta série. Níveis tão baixos de escolaridade irão repercutir de forma severa nas condições de inserção no mercado de trabalho e nas possibilidades de superação da pobreza.



---

Nesse sentido, os dados apontam para uma necessidade imperiosa de se investir na educação. Educação entendida como instrumento de promoção da cidadania, capaz de contribuir para o aperfeiçoamento da organização política de modo a compatibilizar o crescimento econômico com a e equidade social.

A superação da miséria que compromete o futuro das crianças brasileiras está a exigir, de imediato, uma grande mobilização de todas as forças vivas da nação, num movimento solidário em busca de novos caminhos para o desenvolvimento do país.

---

**TABELAS**

---

CRIANÇAS E ADOLESCENTES INDIGENTES(1), POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	TOTAL										METROPOLITANA					RURAL				
	0 A 6	7 A 14	15 A 17	0 A 17	0 A 6	7 A 14	15 A 17	0 A 17	0 A 6	7 A 14	15 A 17	0 A 17	0 A 6	7 A 14	15 A 17	0 A 17	0 A 6	7 A 14	15 A 17	0 A 17
REGIÃO NORTE (2)	163.505	138.466	39.814	343.784	136.728	114.673	31.820	283.220	28.777	23.793	7.994	60.564	...	...	...	...	...	...	...	...
Roraima	17.250	15.183	3.935	36.368	17.250	15.183	3.935	36.368	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Acre	11.028	9.254	3.347	23.630	11.028	9.254	3.347	23.630	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Amazonas	28.334	23.796	59.391	28.334	23.796	7.262	59.391	28.334	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Roraima	1.093	317	1.410	1.093	317	1.410	1.093	317	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Pará	104.065	88.796	24.522	217.383	75.287	65.004	16.528	156.819	28.777	23.793	7.994	60.564	...	...	...	...	...	...	...	...
Amapá	3.736	1.119	747	5.602	3.736	1.119	747	5.602	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
REGIÃO NORDESTE	3.959.487	3.701.522	973.032	8.634.041	1.169.197	1.177.144	348.209	2.694.550	341.638	280.045	73.737	695.441	2.448.632	2.244.332	551.086	5.244.050	...	...	...	...
Maranhão	563.544	516.513	133.294	1.213.351	137.210	131.306	32.902	303.417	426.334	383.207	100.393	909.934	426.334	383.207	100.393	909.934	...	...	...	...
Piauí	351.270	339.175	109.216	819.661	103.014	93.436	32.728	231.179	248.255	263.739	76.487	558.482	248.255	263.739	76.487	558.482	...	...	...	...
Ceará	670.305	641.693	169.410	1.481.408	154.647	164.557	48.981	368.186	116.184	89.541	23.677	229.403	399.473	387.594	96.752	883.819	...	...	...	...
Rio Grande do Norte	206.982	198.562	59.551	465.096	92.585	32.206	225.816	301.959	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Pernambuco	312.734	328.468	87.879	729.081	130.333	129.582	42.043	301.959	134.963	116.079	31.603	282.845	285.703	210.346	50.761	546.812	...	...	...	...
Pernambuco	557.437	433.838	130.786	1.142.080	136.770	121.433	48.472	312.624	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Alagoas	188.130	168.203	48.682	405.014	86.643	82.552	24.917	194.112	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Sergipe	103.585	86.158	20.806	210.549	38.291	36.249	10.650	85.189	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Bahia	1.003.501	948.892	213.409	2.167.801	289.705	307.003	75.560	672.068	90.511	74.425	18.457	183.394	625.285	567.463	119.592	1.312.340	...	...	...	...
REGIÃO SUDESTE	1.590.561	1.435.676	331.032	3.357.288	555.314	481.916	120.446	1.157.676	472.341	411.368	92.657	976.365	562.905	542.392	117.949	1.223.246	...	...	...	...
Rio de Janeiro	328.767	291.052	70.945	690.764	48.217	44.027	9.959	102.202	228.551	194.803	47.362	470.716	51.999	52.222	13.624	117.845	...	...	...	...
Minas Gerais	742.863	666.370	146.455	1.555.689	376.853	277.110	69.735	673.698	94.074	72.224	12.281	178.579	321.936	317.037	64.438	703.411	...	...	...	...
Espírito Santo	150.695	135.302	32.371	318.318	52.348	47.590	10.616	110.555	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
São Paulo	348.235	342.950	81.331	792.517	177.896	113.189	30.136	271.220	149.717	144.340	33.013	327.070	90.623	85.421	18.182	194.226	...	...	...	...
REGIÃO SUL	715.360	708.436	190.839	1.674.635	247.065	204.234	48.426	499.724	74.210	61.947	15.235	151.393	454.085	442.255	127.178	1.023.518	...	...	...	...
Paraná	389.497	352.318	84.265	826.081	117.216	106.617	23.692	247.525	26.624	23.758	5.437	55.820	245.637	221.943	55.136	522.736	...	...	...	...
Santa Catarina	114.124	111.531	31.593	257.247	47.803	37.743	7.548	93.094	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Rio Grande do Sul	271.738	244.587	74.981	591.307	82.045	59.874	17.186	159.105	47.586	38.189	9.798	95.573	142.107	146.524	47.997	356.628	...	...	...	...
REGIÃO CENTRO OESTE	384.745	292.634	69.246	746.624	201.829	164.555	37.116	403.500	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Mato Grosso do Sul	67.758	53.265	9.132	130.155	50.346	37.018	7.196	94.559	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Mato Grosso	67.852	50.787	10.279	128.918	23.930	21.214	4.713	49.857	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Goiás (3)	216.707	165.634	45.093	427.434	95.126	83.376	20.465	198.567	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Distrito Federal	32.427	22.948	4.743	60.117	32.427	22.948	4.743	60.117	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
BRASIL (4)	6.875.637	6.276.723	1.603.983	14.756.372	2.310.132	2.142.522	586.016	5.038.670	916.987	777.153	189.623	1.883.763	3.648.538	3.357.059	828.343	7.833.939	...	...	...	...

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 1990.

(1) Presente cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, ao valor de aquisição de alimentos básicos que atendam as necessidades nutricionais, recalculado pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Exclusivo de pessoas de área rural.

(3) Exclusivo de pessoas de área rural do Estado do Tocantins.

(4) Exclusivo de pessoas de área rural do Estado do Rio de Janeiro.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Políticas Sociais.

DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES INDIGENTES(1), POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	(R\$) TOTAL						(R\$) URBANA NÃO METROPOLITANA						(R\$) METROPOLITANA						(R\$) RURAL								
	0 A 6		7 A 14		15 A 17		0 A 17		7 A 14		15 A 17		0 A 17		7 A 14		15 A 17		0 A 17		7 A 14		15 A 17		0 A 17		
REGIÃO NORTE (2)	2,41	2,21	2,48	2,33	5,92	5,35	5,43	5,62	3,14	3,06	4,22	3,22	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Roraima	0,25	0,24	0,25	0,25	0,75	0,71	0,67	0,72	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Acre	0,16	0,15	0,21	0,16	0,48	0,43	0,57	0,47	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Amazonas	0,41	0,38	0,45	0,40	1,23	1,11	1,24	1,18	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Roraima	0,02	0,01	0,01	0,01	0,05	0,01	0,05	0,03	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Pernambuco	1,51	1,41	1,53	1,47	3,26	3,03	2,82	3,11	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Alagoas	0,05	0,02	0,05	0,04	0,16	0,05	0,13	0,11	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
REGIÃO NORDESTE	57,59	58,97	60,66	58,51	50,61	54,94	59,42	57,48	37,26	36,03	38,89	36,92	67,11	66,85	66,53	66,94	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	
Maranhão	8,20	8,23	8,31	8,22	5,94	6,22	5,61	6,02	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Piauí	5,11	5,72	6,81	5,55	4,46	4,45	5,58	4,59	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Ceará	9,75	10,22	10,56	10,04	6,69	7,68	8,36	7,31	12,67	11,32	12,49	12,18	10,95	11,55	11,68	11,28	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	
Rio Grande do Norte	3,01	3,16	3,71	3,15	4,01	4,72	5,50	4,48	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Pernambuco	4,55	5,23	5,48	4,94	5,64	6,05	5,99	7,17	14,72	14,94	16,67	15,00	7,83	6,27	6,13	6,98	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	
Alagoas	2,74	2,68	3,04	2,74	3,75	3,85	4,23	3,85	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Sergipe	1,51	1,37	1,30	1,43	1,66	1,69	1,82	1,69	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Bahia	14,62	15,12	13,30	14,69	12,54	14,33	12,86	13,34	9,87	9,58	9,73	9,74	17,14	16,90	14,44	16,75	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
REGIÃO SUDESTE	23,13	22,87	20,64	22,75	24,04	22,49	20,55	22,98	51,51	52,93	48,86	51,83	15,43	16,16	14,24	15,61	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Rio de Janeiro	4,78	4,64	4,42	4,68	2,09	2,05	1,70	2,03	24,92	25,07	24,98	24,99	1,40	1,56	1,64	1,50	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Minas Gerais	10,80	10,62	9,13	10,54	14,15	12,93	11,90	13,37	10,26	9,29	6,48	9,48	8,82	9,44	7,78	8,98	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Espírito Santo	2,19	2,16	2,02	2,16	2,27	2,22	2,19	2,19	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
São Paulo	5,36	5,46	5,07	5,37	5,54	5,28	5,14	5,38	16,33	18,57	17,41	17,36	2,48	2,54	2,20	2,48	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
REGIÃO SUL	11,28	11,29	11,90	11,35	10,69	9,53	8,26	9,92	8,09	7,97	8,03	8,04	12,45	13,17	15,35	13,07	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Paraná	5,66	5,61	5,25	5,60	5,07	4,98	4,04	4,91	2,90	3,06	2,87	2,96	6,73	6,61	6,66	6,67	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Santa Catarina	1,66	1,78	1,97	1,74	2,07	1,76	1,29	1,85	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Rio Grande do Sul	3,95	3,90	4,67	4,01	3,55	2,79	2,93	3,16	5,19	4,91	5,17	5,07	3,89	4,36	5,79	4,30	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
REGIÃO CENTRO-OESTE	5,60	4,66	4,32	5,06	8,74	7,68	6,33	8,01	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Mato Grosso do Sul	0,99	0,85	0,57	0,88	2,18	1,73	1,23	1,88	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Mato Grosso	0,99	0,81	0,64	0,87	1,04	0,99	0,80	0,99	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Goiás (3)	3,15	2,64	2,81	2,90	4,12	3,89	3,49	3,95	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Distrito Federal	0,47	0,37	0,30	0,41	1,40	1,07	0,81	1,19	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
BRASIL (4)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...

Fonte: Dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 1990.

(1) Passou-se do valor da renda familiar correspondente, ao máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendem os requerimentos nutricionais, recomendados pelo FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Excluído-se as pessoas de área rural.

(3) Incluiu-se as pessoas do Estado do Tocantins.

(4) Excluído-se as pessoas de área rural da Região Norte.

Obs - Dados não significativos se somarem.

Elaboração: IPEA - Coordenação de Política Social.

PROPORÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INDIGENTES (1) EM RELAÇÃO AO TOTAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, POR SITUAÇÃO DO DOMÍLIO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	TOTAL						URBANA NÃO METROPOLITANA			METROPOLITANA			RURAL			
	0 A 6	7 A 14	15 A 17	0 A 17	0 A 6	7 A 14	15 A 17	0 A 17	0 A 6	7 A 14	15 A 17	0 A 17	0 A 6	7 A 14	15 A 17	0 A 17
<b>REGIÃO NORTE (2)</b>	19,3	12,3	10,7	14,6	19,8	12,9	11,5	15,3	17,1	10,2	8,2	12,2	...	...	...	...
Roraima	17,4	13,2	9,8	14,3	17,4	13,2	9,8	14,3	...	...	...	...	...	...	...	...
Acre	26,7	23,1	23,5	24,7	26,7	23,1	23,5	24,7	...	...	...	...	...	...	...	...
Amapá	11,5	6,7	6,8	8,4	11,5	6,7	6,8	8,4	...	...	...	...	...	...	...	...
Roraima	7,8	1,5	ada	3,6	7,8	1,5	ada	3,6	...	...	...	...	...	...	...	...
Pará	21,7	15,6	12,3	18,0	21,8	15,3	16,0	22,1	17,1	10,2	8,2	12,2	...	...	...	...
Amapá	22,6	4,4	9,5	11,2	22,6	4,4	9,5	11,2	...	...	...	...	...	...	...	...
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	50,5	39,7	31,8	42,7	40,3	35,5	27,5	35,1	29,3	19,1	14,3	22,1	65,1	51,6	43,2	55,9
Maranhão	52,5	41,7	34,4	44,9	38,0	31,0	20,3	31,9	...	...	...	...	59,8	47,3	44,6	52,1
Pernambuco	67,4	59,1	49,8	60,8	47,2	38,0	30,4	40,0	32,8	21,8	16,0	25,1	82,0	74,0	68,6	76,4
Ceará	57,8	47,2	37,0	49,8	55,2	48,9	41,5	50,1	...	...	...	...	76,1	63,3	50,6	66,5
Rio Grande do Norte	49,3	42,9	37,6	44,7	36,3	34,7	31,3	34,8	30,6	20,4	14,7	23,1	69,7	56,9	49,2	61,1
Pernambuco	54,4	47,2	40,6	49,0	38,0	31,8	29,3	33,8	...	...	...	...	78,7	69,1	62,9	72,1
Pernambuco	43,8	30,2	23,8	34,3	37,5	29,2	26,6	31,8	...	...	...	...	61,4	42,3	33,1	49,0
Alagoas	42,7	30,6	26,4	34,4	35,6	27,3	22,6	29,6	...	...	...	...	51,4	34,5	31,9	40,5
Sergipe	39,8	28,6	22,3	32,2	30,1	24,1	21,8	26,1	24,3	15,5	11,9	18,2	49,2	33,0	22,8	38,2
Bahia	47,6	36,4	26,9	39,3	40,8	33,7	25,9	35,1	...	...	...	...	60,7	46,8	34,4	50,6
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	17,7	12,3	8,7	13,7	17,9	11,4	8,6	13,3	10,8	7,5	5,2	8,4	37,6	27,1	18,4	29,5
Rio de Janeiro	19,2	12,7	9,2	14,5	23,6	17,7	10,3	18,6	16,9	10,7	8,0	12,5	33,1	23,9	17,8	26,1
Minas Gerais	31,6	22,2	14,6	24,5	28,0	19,5	14,2	21,9	17,3	10,8	5,7	12,5	50,2	34,8	21,6	34,0
Espírito Santo	36,9	26,7	20,3	29,6	21,2	15,0	11,2	16,8	...	...	...	...	61,0	46,3	33,6	50,1
São Paulo	8,2	5,8	4,3	6,5	8,6	5,1	4,2	6,1	6,1	4,9	3,4	5,1	16,9	12,5	9,0	13,7
<b>REGIÃO SUL</b>	22,9	17,6	14,1	19,1	16,6	12,1	8,7	13,4	10,0	6,5	5,0	7,6	39,4	31,8	25,9	33,7
Pernambuco	27,6	20,4	14,7	22,3	19,5	15,3	9,9	16,1	8,1	5,6	3,8	6,2	50,7	36,9	28,8	40,9
Santa Catarina	17,0	14,1	11,0	14,7	11,6	8,3	5,0	9,1	...	...	...	...	25,6	22,1	17,7	22,5
Rio Grande do Sul	20,9	16,1	15,2	17,9	17,2	11,1	10,3	13,5	11,5	7,3	6,0	8,7	34,7	32,1	29,2	32,7
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	23,2	14,7	10,2	17,2	17,3	11,5	7,4	13,0	...	...	...	...	37,5	22,9	17,9	28,0
Mato Grosso do Sul	21,4	15,5	8,0	17,1	22,5	13,8	8,2	16,3	...	...	...	...	22,1	21,5	7,4	19,8
Mato Grosso	23,6	14,1	8,5	16,8	15,4	10,1	6,8	11,5	...	...	...	...	33,1	19,9	10,8	23,8
Goiás (3)	27,5	17,1	13,5	20,4	18,6	13,1	8,8	14,4	...	...	...	...	44,0	24,6	24,1	32,0
Distrito Federal	11,7	7,2	4,2	8,5	11,7	7,2	4,2	8,5	...	...	...	...	...	...	...	...
<b>BRASIL (4)</b>	30,3	22,3	17,3	24,5	24,7	18,2	14,7	20,1	14,2	9,6	7,0	10,9	52,9	40,4	32,0	44,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Percentual sobre o total de crianças e adolescentes em famílias com renda familiar mensal inferior a 1 salário mínimo, por situação de domicílio e grupos de idade, segundo as unidades da federação, 1990.

(2) Excluído o Distrito Federal.

(3) Inclui-se os municípios de Brasília e de Brasília - DF.

(4) Excluído o município de Brasília - DF.

Nota: Os dados são preliminares e sujeitos a alterações.

Elaboração: IPEA - Coordenação de Políticas Sociais.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL			URBANA NÃO METROPOLITANA		METROPOLITANA		RURAL	
	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	COM CHEFE DE FAMÍLIA QUE NÃO TRABALHA	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	COM CHEFE DE FAMÍLIA QUE NÃO TRABALHA	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	COM CHEFE DE FAMÍLIA QUE NÃO TRABALHA	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	COM CHEFE DE FAMÍLIA QUE NÃO TRABALHA	
REGIÃO NORTE: (2)	140.495	86.236	110.510	70.442	29.585	15.794	...	...	
Roraimá	14.062	7.309	14.062	7.309	...	...	...	...	
Acre	13.192	7.483	13.192	7.483	...	...	...	...	
Amapá	29.781	22.884	29.781	22.884	...	...	...	...	
Roraimá	633	dos	633	dos	...	...	...	...	
Pará	80.025	45.946	50.040	30.152	29.985	15.794	...	...	
Amapá	2.802	2.614	2.802	2.614	...	...	...	...	
REGIÃO NORDESTE	1.704.103	1.189.752	785.478	543.892	244.298	138.895	674.327	506.965	
Maranhão	239.608	131.694	95.380	57.449	...	...	144.228	74.246	
Pernambuco	124.998	86.313	60.631	38.249	...	...	64.366	48.064	
Ceará	240.249	195.902	96.312	68.245	72.702	40.695	71.234	86.961	
Rio Grande do Norte	87.652	75.286	67.387	44.291	...	...	25.085	30.995	
Pernambuco	162.870	116.774	93.671	64.987	95.803	66.786	69.199	51.787	
Pernambuco	259.626	209.720	96.849	71.307	...	...	66.975	65.626	
Alagoas	87.264	62.447	50.575	41.651	...	...	31.689	20.796	
Sergipe	46.856	24.236	27.413	14.950	75.792	31.413	14.443	9.286	
Bahia	459.981	287.380	202.060	136.762	...	...	182.129	119.204	
REGIÃO SUDESTE	996.927	617.298	447.486	281.793	400.461	216.862	148.880	118.643	
Rio de Janeiro	258.918	136.754	34.591	12.577	198.361	107.169	25.965	17.008	
Mina Gerais	387.512	262.111	254.065	163.118	73.884	38.295	79.562	60.698	
Espírito Santo	58.085	42.501	37.706	29.654	...	...	20.379	12.848	
São Paulo	292.313	175.931	141.124	76.443	128.216	71.398	72.974	28.090	
REGIÃO SUL	300.357	217.850	148.686	115.918	54.253	34.216	97.419	67.716	
Pernambuco	137.789	86.773	76.066	55.491	19.464	10.017	42.260	21.266	
Santa Catarina	45.971	50.950	32.706	32.709	...	...	13.265	18.241	
Rio Grande do Sul	116.597	80.127	39.913	27.718	34.789	24.200	41.895	28.209	
REGIÃO CENTRO-OESTE	228.354	120.654	169.191	80.145	...	...	59.163	40.309	
Mato Grosso do Sul	42.439	21.879	39.344	18.401	...	...	3.095	3.478	
Mato Grosso	32.639	18.399	18.313	11.963	...	...	14.346	6.436	
Goiás (3)	126.313	73.637	84.590	43.042	...	...	41.722	30.396	
Distrito Federal	26.943	6.739	26.943	6.739	...	...	...	...	
BRASIL (4)	3.370.137	2.231.789	1.661.350	1.092.189	728.997	405.768	979.790	733.833	

Fonte: dados brutos; IBGE - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar correspondente, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, reconhecidos pelo FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Excluídas as pessoas da área rural.

(3) Inclui-se as pessoas do Estado do Tocantins.

(4) Excluídas as pessoas da área rural da Região Norte.

dos = Dados não significativos na amostra.

Elaboração: IPEA - Coordenação de Política Social.

**POPULAÇÃO DE 0 A 6 ANOS TOTAL E INDIGENTE(1)  
SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990.**

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DE 0 A 6 ANOS DE IDADE		POPULAÇÃO INDIGENTE DE 0 A 6 ANOS CUJAS FAMÍLIAS	
	TOTAL	INDIGENTE	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	COM CHEFE DE FAMÍLIA QUE NÃO TRABALHA
<b>REGIÃO NORTE (2)</b>	<b>857.578</b>	<b>165.505</b>	<b>63.554</b>	<b>37.610</b>
Rondônia	99.299	17.250	6.751	2.438
Acre	41.370	11.028	6.105	2.560
Amazonas	247.404	28.334	13.076	9.988
Roraima	14.071	1.093	633	dns
Pará	438.882	104.065	34.747	20.756
Amapá	16.552	3.736	2.241	1.867
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	<b>7.833.137</b>	<b>3.959.487</b>	<b>724.087</b>	<b>447.023</b>
Maranhão	1.073.313	563.544	108.144	52.271
Piauí	521.192	351.270	55.436	34.582
Ceará	1.159.558	670.305	104.637	73.988
Rio Grande do Norte	419.535	206.982	34.352	27.853
Paraíba	574.568	312.734	68.015	46.233
Pernambuco	1.271.530	557.437	109.789	75.228
Alagoas	440.820	188.130	32.460	23.046
Sergipe	259.962	103.585	20.225	10.661
Bahia	2.112.659	1.005.501	191.030	103.161
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	<b>8.964.471</b>	<b>1.590.561</b>	<b>443.876</b>	<b>258.909</b>
Rio de Janeiro	1.714.879	328.767	115.675	64.623
Minas Gerais	2.353.134	742.863	167.810	102.582
Espírito Santo	408.319	150.695	27.972	19.170
São Paulo	4.488.139	368.235	132.418	72.535
<b>REGIÃO SUL</b>	<b>3.386.332</b>	<b>775.360</b>	<b>135.041</b>	<b>79.962</b>
Paraná	1.413.246	389.497	63.078	33.284
Santa Catarina	673.134	114.124	21.327	19.842
Rio Grande do Sul	1.299.952	271.738	50.636	26.835
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	<b>1.657.091</b>	<b>384.745</b>	<b>123.428</b>	<b>54.390</b>
Mato Grosso do Sul	302.259	67.758	24.815	11.522
Mato Grosso	287.925	67.852	17.665	6.550
Goiás (3)	788.790	216.707	66.481	32.325
Distrito Federal	278.117	32.427	14.468	3.994
<b>BRASIL (4)</b>	<b>22.698.609</b>	<b>6.875.657</b>	<b>1.489.986</b>	<b>877.895</b>

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Exclusiva as pessoas da área rural.

(3) Inclusive o Estado de Tocantins

(4) Exclusiva as pessoas da área rural da Região Norte.

dns = Dados não significativos na amostra.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 0 A 6 ANOS INDIGENTE(1),  
SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	(% ) POPULAÇÃO INDIGENTE DE 0 A 6 ANOS CUJAS FAMÍLIAS SÃO CHEFIADAS POR MULHERES OU COM CHEFE QUE NÃO TRABALHA EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO DE 0 A 6 ANOS INDIGENTE	
	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	COM CHEFE QUE NÃO TRABALHA
REGIÃO NORTE (2)	38,4	22,7
Rondônia	39,1	14,1
Acre	55,4	23,2
Amazonas	46,2	35,3
Roraima	58,0	dns
Pará	33,4	19,9
Amapá	60,0	50,0
REGIÃO NORDESTE	18,3	11,3
Maranhão	19,2	9,3
Piauí	15,8	9,8
Ceará	15,6	11,0
Rio Grande do Norte	16,6	13,5
Paraíba	21,7	14,8
Pernambuco	19,7	13,5
Alagoas	17,3	12,3
Sergipe	19,5	10,3
Bahia	19,0	10,3
REGIÃO SUDESTE	27,9	16,3
Rio de Janeiro	35,2	19,7
Minas Gerais	22,6	13,8
Espírito Santo	18,6	12,7
São Paulo	36,0	19,7
REGIÃO SUL	17,4	10,3
Paraná	16,2	8,5
Santa Catarina	18,7	17,4
Rio Grande do Sul	18,6	9,9
REGIÃO CENTRO-OESTE	32,1	14,1
Mato Grosso do Sul	36,6	17,0
Mato Grosso	26,0	9,7
Goiás (3)	30,7	14,9
Distrito Federal	44,6	12,3
BRASIL (4)	21,7	12,8

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Excluídas as pessoas da área rural.

(3) Inclusive o Estado de Tocantins

(4) Excluídas as pessoas da área rural da Região Norte.

dns = Dados não significativos na amostra.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.



**POPULAÇÃO DE 0 A 6 ANOS TOTAL E INDIGENTE(1) RESIDENTE  
NAS ÁREAS METROPOLITANAS, 1990.**

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DE 0 A 6 ANOS DE IDADE		POPULAÇÃO INDIGENTE DE 0 A 6 ANOS CUJAS FAMÍLIAS	
	TOTAL	INDIGENTE	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	COM CHEFE DE FAMÍLIA QUE NÃO TRABALHA
<b>REGIÃO NORTE</b>	168.407	28.777	14.190	7.800
Rondônia				
Acre				
Amazonas				
Roraima				
Pará	168.407	28.777	14.190	7.800
Amapá				
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	1.167.655	341.658	111.329	58.812
Maranhão				
Piauí				
Ceará	354.412	116.184	37.189	19.425
Rio Grande do Norte				
Paraíba				
Pernambuco	441.063	134.963	41.542	25.642
Alagoas				
Sergipe				
Bahia	372.180	90.511	32.598	13.746
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	4.359.882	472.341	189.403	97.754
Rio de Janeiro	1.353.142	228.551	92.967	52.700
Minas Gerais	543.656	94.074	38.085	16.650
Espírito Santo				
São Paulo	2.463.084	149.717	58.352	28.404
<b>REGIÃO SUL</b>	742.244	74.210	25.123	11.461
Paraná	327.586	26.624	7.730	2.863
Santa Catarina				
Rio Grande do Sul	414.658	47.586	17.393	8.598
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>				
Mato Grosso do Sul				
Mato Grosso				
Goiás				
Distrito Federal				
<b>BRASIL</b>	6.438.188	916.987	340.046	175.826

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para família como um todo.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

**DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 0 A 6 ANOS INDIGENTE(1) RESIDENTE  
NAS ÁREAS METROPOLITANAS, 1990.**

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	(% ) POPULAÇÃO INDIGENTE DE 0 A 6 ANOS CUJAS FAMÍLIAS SÃO CHEFIADAS POR MULHERES OU COM CHEFE QUE NÃO TRABALHA EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO DE 0 A 6 ANOS INDIGENTE	
	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	COM CHEFE QUE NÃO TRABALHA
<b>REGIÃO NORTE</b>	<b>49,3</b>	<b>27,1</b>
Rondônia		
Acre		
Amazonas		
Roraima		
Pará	49,3	27,1
Amapá		
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	<b>32,6</b>	<b>17,2</b>
Maranhão		
Piauí		
Ceará	32,0	16,7
Rio Grande do Norte		
Pernambuco	30,8	19,0
Alagoas		
Sergipe		
Bahia	36,0	15,2
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	<b>40,1</b>	<b>20,7</b>
Rio de Janeiro	40,7	23,1
Minas Gerais	40,5	17,7
Espírito Santo		
São Paulo	39,0	19,0
<b>REGIÃO SUL</b>	<b>33,9</b>	<b>15,4</b>
Paraná	29,0	10,8
Santa Catarina		
Rio Grande do Sul	36,6	18,1
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>		
Mato Grosso do Sul		
Mato Grosso		
Goiás		
Distrito Federal		
<b>BRASIL</b>	<b>37,1</b>	<b>19,2</b>

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

**POPULAÇÃO DE 0 A 6 ANOS TOTAL E INDIGENTE(1) RESIDENTE NAS ÁREAS  
URBANAS NÃO METROPOLITANAS, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990.**

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DE 0 A 6 ANOS DE IDADE		POPULAÇÃO INDIGENTES DE 0 A 6 ANOS CUJAS FAMÍLIAS	
	TOTAL	INDIGENTE	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	COM CHEFE DE FAMÍLIA QUE NÃO TRABALHA
<b>REGIÃO NORTE</b>	689.171	136.728	49.363	29.810
Rondônia	99.299	17.250	6.751	2.438
Acre	41.370	11.028	6.105	2.560
Amazonas	247.404	28.334	13.076	9.988
Roraima	14.071	1.093	633	dns
Pará	270.475	75.287	20.556	12.957
Amapá	16.552	3.736	2.241	1.867
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	2.903.128	1.169.197	319.034	196.256
Maranhão	360.931	137.210	42.394	23.985
Piauí	218.415	103.014	26.179	16.193
Ceará	280.352	154.647	39.075	26.417
Rio Grande do Norte	255.368	92.585	21.592	12.810
Paraíba	342.680	130.333	38.227	21.025
Pernambuco	365.198	136.770	38.228	26.761
Alagoas	243.229	86.643	20.080	15.618
Sergipe	127.130	38.291	10.647	5.436
Bahia	709.825	289.705	82.611	48.009
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	3.108.914	555.314	195.294	111.451
Rio de Janeiro	204.682	48.217	11.530	2.620
Minas Gerais	1.167.900	326.853	101.879	63.673
Espírito Santo	247.133	52.348	18.670	12.082
São Paulo	1.489.199	127.896	63.216	33.076
<b>REGIÃO SUL</b>	1.491.013	247.065	68.660	44.041
Paraná	601.221	117.216	31.798	18.081
Santa Catarina	413.583	47.803	16.353	13.209
Rio Grande do Sul	476.209	82.045	20.509	12.751
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	1.169.583	201.829	88.465	32.428
Mato Grosso do Sul	223.595	50.346	23.268	10.363
Mato Grosso	155.263	23.930	8.883	3.625
Goiás (2)	512.608	95.126	41.845	14.447
Distrito Federal (3)	278.117	32.427	14.468	3.994
<b>BRASIL</b>	9.361.809	2.310.132	720.816	413.987

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Inclusive o Estado de Tocantins

(3) Inclusive as pessoas da área rural.

dns = Dados não significativos na amostra.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

**DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 0 A 6 ANOS INDIGENTE(1) RESIDENTE NAS ÁREAS URBANAS NÃO METROPOLITANAS, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990.**

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	(% ) POPULAÇÃO INDIGENTE DE 0 A 6 ANOS CUJAS FAMÍLIAS SÃO CHEFIADAS POR MULHERES OU COM CHEFE QUE NÃO TRABALHA EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO DE 0 A 6 ANOS INDIGENTE	
	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	COM CHEFE QUE NÃO TRABALHA
<b>REGIÃO NORTE</b>	36,1	21,8
Rondônia	39,1	14,1
Acre	55,4	23,2
Amazonas	46,2	35,3
Roraima	58,0	dns
Pará	27,3	17,2
Amapá	60,0	50,0
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	27,3	16,8
Maranhão	30,9	17,5
Piauí	25,4	15,7
Ceará	25,3	17,1
Rio Grande do Norte	23,3	13,8
Paraíba	29,3	16,1
Pernambuco	28,0	19,6
Alagoas	23,2	18,0
Sergipe	27,8	14,2
Bahia	28,5	16,6
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	35,2	20,1
Rio de Janeiro	23,9	5,4
Minas Gerais	31,2	19,5
Espírito Santo	35,7	23,1
São Paulo	49,4	25,9
<b>REGIÃO SUL</b>	27,8	17,8
Paraná	27,1	15,4
Santa Catarina	34,2	27,6
Rio Grande do Sul	25,0	15,5
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	43,8	16,1
Mato Grosso do Sul	46,2	20,6
Mato Grosso	37,1	15,1
Goiás (2)	44,0	15,2
Distrito Federal (3)	44,6	12,3
<b>BRASIL</b>	31,2	17,9

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Inclusive o Estado de Tocantins

(3) Inclusive as pessoas da área rural.

dns = Dados não significativos na amostra.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

**POPULAÇÃO DE 0 A 6 ANOS TOTAL E INDIGENTE(1) RESIDENTE NAS ÁREAS  
RURALS, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990.**

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DE 0 A 6 ANOS DE IDADE		POPULAÇÃO INDIGENTE DE 0 A 6 ANOS CUJAS FAMÍLIAS	
	TOTAL	INDIGENTE	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	COM CHEFE DE FAMÍLIA QUE NÃO TRABALHA
<b>REGIÃO NORTE</b>	...	...	...	...
Rondônia	...	...	...	...
Acre	...	...	...	...
Amazonas	...	...	...	...
Roraima	...	...	...	...
Pará	...	...	...	...
Amapá	...	...	...	...
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	<b>3.762.354</b>	<b>2.448.632</b>	<b>293.724</b>	<b>191.955</b>
Maranhão	712.382	426.334	65.750	28.286
Piauí	302.777	248.255	29.257	18.389
Ceará	524.794	399.473	28.373	28.145
Rio Grande do Norte	164.167	114.397	12.760	15.043
Paraíba	231.888	182.401	29.788	25.208
Pernambuco	465.269	285.705	30.018	22.826
Alagoas	197.591	101.487	12.379	7.428
Sergipe	132.832	65.294	9.578	5.225
Bahia	1.030.654	625.285	75.821	41.406
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	<b>1.495.675</b>	<b>562.905</b>	<b>59.179</b>	<b>49.705</b>
Rio de Janeiro	157.055	51.999	11.178	9.303
Minas Gerais	641.578	321.936	27.847	22.259
Espírito Santo	161.186	98.347	9.303	7.088
São Paulo	535.856	90.623	10.851	11.054
<b>REGIÃO SUL</b>	<b>1.153.075</b>	<b>454.085</b>	<b>41.258</b>	<b>24.460</b>
Paraná	484.439	245.657	23.550	12.340
Santa Catarina	259.551	66.321	4.973	6.633
Rio Grande do Sul	409.085	142.107	12.734	5.487
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	<b>487.508</b>	<b>182.916</b>	<b>34.963</b>	<b>21.962</b>
Mato Grosso do Sul	78.664	17.413	1.547	1.159
Mato Grosso	132.662	43.922	8.782	2.925
Goiás (2)	276.182	121.581	24.635	17.879
Distrito Federal	-	-	-	-
<b>BRASIL (3)</b>	<b>6.898.612</b>	<b>3.648.538</b>	<b>429.124</b>	<b>288.082</b>

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Inclusive as pessoas do Estado do Tocantins.

(3) Exclusive as pessoas da área rural da Região Norte.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 0 A 6 ANOS INDIGENTE(1) RESIDENTE NAS ÁREAS RURAIS, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	(% ) POPULAÇÃO INDIGENTE DE 0 A 6 ANOS CUJAS FAMÍLIAS SÃO CHEFIADAS POR MULHERES OU COM CHEFE QUE NÃO TRABALHA EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO DE 0 A 6 ANOS INDIGENTE	
	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	COM CHEFE QUE NÃO TRABALHA
REGIAO NORTE	...	...
Rondônia	...	...
Acre	...	...
Amazonas	...	...
Roraima	...	...
Pará	...	...
Amapá	...	...
REGIÃO NORDESTE	12,0	7,8
Maranhão	15,4	6,6
Piauí	11,8	7,4
Ceará	7,1	7,0
Rio Grande do Norte	11,2	13,1
Paraíba	16,3	13,8
Pernambuco	10,5	8,0
Alagoas	12,2	7,3
Sergipe	14,7	8,0
Bahia	12,1	6,6
REGIÃO SUDESTE	10,5	8,8
Rio de Janeiro	21,5	17,9
Minas Gerais	8,6	6,9
Espírito Santo	9,5	7,2
São Paulo	12,0	12,2
REGIÃO SUL	9,1	5,4
Paraná	9,6	5,0
Santa Catarina	7,5	10,0
Rio Grande do Sul	9,0	3,9
REGIÃO CENTRO-OESTE	19,1	12,0
Mato Grosso do Sul	8,9	6,7
Mato Grosso	20,0	6,7
Goiás (2)	20,3	14,7
Distrito Federal	-	-
BRASIL (3)	11,8	7,9

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Inclusive as pessoas do Estado do Tocantins.

(3) Excluídas as pessoas da área rural da Região Norte.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS TOTAL E INDIGENTE(1),  
SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS DE IDADE		POPULAÇÃO INDIGENTE DE 7 A 14 ANOS CUJAS FAMÍLIAS		POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS INDIGENTE QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA
	TOTAL	INDIGENTE	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	COM CHEFE DE FAMÍLIA QUE NÃO TRABALHA	
REGIÃO NORTE (2)	1.124.391	138.466	58.677	35.234	26.276
Rondônia	115.433	15.183	6.187	3.934	4.124
Acre	40.129	9.254	5.120	3.153	3.151
Amazonas	353.214	23.796	12.530	9.811	4.907
Roraima	21.306	317	dns	dns	dns
Pará	568.659	88.796	34.280	18.149	13.908
Amapá	25.650	1.119	561	186	187
REGIÃO NORDESTE	9.327.822	3.701.522	739.504	529.459	1.090.987
Maranhão	1.239.538	516.513	95.012	60.862	195.347
Piauí	607.672	359.175	50.372	37.730	103.008
Ceará	1.360.646	641.693	106.637	84.544	173.004
Rio Grande do Norte	462.557	198.562	38.311	33.546	55.599
Paraíba	695.638	328.468	73.060	52.044	82.291
Pernambuco	1.503.750	453.858	111.296	93.906	120.823
Alagoas	550.249	168.203	38.658	28.004	64.886
Sergipe	301.463	86.158	21.202	9.859	26.564
Bahia	2.606.309	948.892	204.957	128.963	269.464
REGIÃO SUDESTE	11.669.176	1.435.676	431.181	267.611	301.467
Rio de Janeiro	2.291.813	291.052	113.560	52.360	55.179
Minas Gerais	2.999.196	666.370	169.886	117.059	147.588
Espírito Santo	506.131	135.302	23.717	18.265	39.276
São Paulo	5.872.036	342.950	124.018	79.926	59.421
REGIÃO SUL	4.032.168	708.436	126.214	101.552	156.809
Paraná	1.725.032	352.318	60.876	39.692	77.197
Santa Catarina	789.418	111.531	16.925	23.388	26.390
Rio Grande do Sul	1.517.718	244.587	48.414	38.471	53.222
REGIÃO CENTRO-OESTE	1.992.224	292.634	83.815	48.188	69.449
Mato Grosso do Sul	343.100	53.265	14.873	7.645	15.171
Mato Grosso	359.189	50.787	12.373	9.381	12.142
Goiás (3)	970.687	165.634	45.840	30.413	37.394
Distrito Federal	319.248	22.948	10.728	749	4.742
BRASIL (4)	28.145.781	6.276.733	1.439.391	982.044	1.644.988

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Exclusivo as pessoas da área rural.

(3) Inclusive as pessoas do Estado do Tocantins.

(4) Exclusivo as pessoas da área rural da Região Norte.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

**DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS INDIGENTE(1),  
SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990**

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	(% ) POPULAÇÃO INDIGENTE DE 7 A 14 ANOS CUJAS FAMÍLIAS SÃO CHEFIADAS POR MULHERES OU COM CHEFE QUE NÃO TRABALHA EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS INDIGENTE		(% ) POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS INDIGENTE QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA
	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	COM CHEFE QUE NÃO TRABALHA	
REGIÃO NORTE (2)	42,4	25,4	19,0
Rondônia	40,7	25,9	27,2
Acre	55,3	34,1	34,0
Amazonas	52,7	41,2	20,6
Roraima	dns	dns	dns
Pará	38,6	20,4	15,7
Amapá	50,1	16,6	16,7
REGIÃO NORDESTE	20,0	14,3	29,5
Maranhão	18,4	11,8	37,8
Piauí	14,0	10,5	28,7
Ceará	16,6	13,2	27,0
Rio Grande do Norte	19,3	16,9	28,0
Paraíba	22,2	15,8	25,1
Pernambuco	24,5	20,7	26,6
Alagoas	23,0	16,6	38,6
Sergipe	24,6	11,4	30,8
Bahia	21,6	13,6	28,4
REGIÃO SUDESTE	30,0	18,6	21,0
Rio de Janeiro	39,0	18,0	19,0
Minas Gerais	25,5	17,6	22,1
Espírito Santo	17,5	13,5	29,0
São Paulo	36,2	23,3	17,3
REGIÃO SUL	17,8	14,3	22,1
Paraná	17,3	11,3	21,9
Santa Catarina	15,2	21,0	23,7
Rio Grande do Sul	19,8	15,7	21,8
REGIÃO CENTRO-OESTE	28,6	16,5	23,7
Mato Grosso do Sul	27,9	14,4	28,5
Mato Grosso	24,4	18,5	23,9
Goiás (3)	27,7	18,4	22,6
Distrito Federal	46,7	3,3	20,7
BRASIL (4)	22,9	15,6	26,2

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Exclusivo as pessoas da área rural.

(3) Inclusive as pessoas do Estado do Tocantins.

(4) Exclusivo as pessoas da área rural da Região Norte.

dns = Dados não significativos na amostra.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.



POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS TOTAL E INDIGENTE(1) RESIDENTE NAS ÁREAS METROPOLITANAS, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS DE IDADE		POPULAÇÃO INDIGENTE DE 7 A 14 ANOS CUJAS FAMÍLIAS		POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS INDIGENTE QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA
	TOTAL	INDIGENTE	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	COM CHEFE DE FAMÍLIA QUE NÃO TRABALHA	
<b>REGIÃO NORTE</b>	232.398	23.793	11.499	5.197	1.400
Rondônia					
Acre					
Amazonas					
Roraima					
Pará	232.398	23.793	11.499	5.197	1.400
Amapá					
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	1.462.650	280.045	100.270	56.771	41.922
Maranhão					
Piauí					
Ceará	411.540	89.541	27.930	14.986	11.840
Rio Grande do Norte					
Paraíba					
Pernambuco	570.072	116.079	39.155	29.417	19.280
Alagoas					
Sergipe					
Bahia	481.038	74.425	33.185	12.368	10.802
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	5.452.577	411.368	168.531	91.221	64.072
Rio de Janeiro	1.824.783	194.803	83.491	38.486	32.571
Minas Gerais	669.132	72.224	29.763	16.650	7.702
Espírito Santo					
São Paulo	2.958.662	144.340	55.277	36.085	23.800
<b>REGIÃO SUL</b>	951.991	61.947	22.642	17.039	11.605
Paraná	427.917	23.758	9.444	5.437	4.006
Santa Catarina					
Rio Grande do Sul	524.074	38.189	13.197	11.602	7.599
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>					
Mato Grosso do Sul					
Mato Grosso					
Goiás					
Distrito Federal					
<b>BRASIL</b>	8.099.616	777.153	302.941	170.229	118.999

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS INDIGENTE(1) RESIDENTE NAS ÁREAS METROPOLITANAS, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	(% ) POPULAÇÃO INDIGENTE DE 7 A 14 ANOS CUJAS FAMÍLIAS SÃO CHEFIADAS POR MULHERES OU COM CHEFE QUE NÃO TRABALHA EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS INDIGENTE		(% ) POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS INDIGENTE QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA
	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	COM CHEFE QUE NÃO TRABALHA	
REGIAO NORTE	48,3	21,8	5,9
Rondônia			
Acre			
Amazonas			
Roraima			
Pará	48,3	21,8	5,9
Amapá			
REGIÃO NORDESTE	35,8	20,3	15,0
Maranhão			
Piauí			
Ceará	31,2	16,7	13,2
Rio Grande do Norte			
Paraíba			
Pernambuco	33,7	25,3	16,6
Alagoas			
Sergipe			
Bahia	44,6	16,6	14,5
REGIÃO SUDESTE	41,0	22,2	15,6
Rio de Janeiro	42,9	19,8	16,7
Minas Gerais	41,2	23,1	10,7
Espírito Santo			
São Paulo	38,3	25,0	16,5
REGIÃO SUL	36,5	27,5	18,
Paraná	39,8	22,9	16,9
Santa Catarina			
Rio Grande do Sul	34,6	30,4	19,9
REGIÃO CENTRO-OESTE			
Mato Grosso do Sul			
Mato Grosso			
Goiás			
Distrito Federal			
BRASIL	39,0	21,9	15,3

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS TOTAL E INDIGENTE(1) RESIDENTE NAS ÁREAS URBANAS NÃO METROPOLITANAS,  
SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS DE IDADE		POPULAÇÃO INDIGENTE DE 7 A 14 ANOS CUJAS FAMÍLIAS		POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS INDIGENTE QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA
	TOTAL	INDIGENTE	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	COM CHEFE DE FAMÍLIA QUE NÃO TRABALHA	
REGIÃO NORTE	891.993	114.673	47.178	30.037	24.877
Rondônia	115.433	15.183	6.187	3.934	4.124
Acre	40.129	9.254	5.120	3.153	3.151
Amazonas	353.214	23.796	12.530	9.811	4.907
Roraima	21.306	317	nds	nds	nds
Pará	336.261	65.004	22.781	12.952	12.509
Amapá	25.650	1.119	561	186	187
REGIÃO NORDESTE	3.517.602	1.177.144	349.602	241.322	262.303
Maranhão	429.462	133.306	41.276	26.215	25.657
Piauí	251.414	95.436	24.461	15.161	14.818
Ceará	336.808	164.557	42.928	24.217	42.930
Rio Grande do Norte	291.001	101.025	29.650	23.062	22.327
Paraíba	407.908	129.582	42.813	30.964	28.673
Pernambuco	436.432	127.433	41.629	31.858	30.159
Alagoas	302.148	82.552	25.288	20.081	20.824
Sergipe	150.187	36.249	13.367	7.248	7.704
Bahia	912.242	307.003	88.188	62.515	69.211
REGIÃO SUDESTE	4.213.583	481.916	195.956	126.898	66.966
Rio de Janeiro	248.474	44.027	17.819	7.860	7.338
Minas Gerais	1.417.941	277.110	100.658	70.950	35.776
Espírito Santo	316.826	47.590	15.742	14.278	9.152
São Paulo	2.230.342	113.189	61.738	33.810	14.700
REGIÃO SUL	1.689.416	204.234	61.417	56.666	35.940
Paraná	695.629	106.617	36.162	29.928	18.081
Santa Catarina	455.934	37.743	11.950	15.097	5.663
Rio Grande do Sul	537.853	59.874	13.305	11.641	12.196
REGIÃO CENTRO-OESTE	1.433.112	164.555	66.350	34.296	31.847
Mato Grosso do Sul	267.700	37.018	13.325	5.712	7.825
Mato Grosso	210.508	21.214	7.979	6.163	4.533
Goiás (2)	635.656	83.376	34.318	21.673	14.748
Distrito Federal (3)	319.248	22.948	10.728	749	4.742
BRASIL	11.745.706	2.142.522	720.504	489.219	421.932

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Inclusive as pessoas do Estado do Tocantins.

(3) Inclusive as pessoas da área rural.

nds = Dados não significativos na amostra.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS INDIGENTE(1) RESIDENTE  
NAS ÁREAS URBANAS NÃO METROPOLITANAS, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	(% ) POPULAÇÃO INDIGENTE DE 7 A 14 ANOS CUJAS FAMÍLIAS SÃO CHEFIADAS POR MULHERES OU COM CHEFE QUE NÃO TRABALHA EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS INDIGENTE		(% ) POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS INDIGENTE QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA
	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	COM CHEFE QUE NÃO TRABALHA	
<b>REGIÃO NORTE</b>	41,1	26,2	21,7
Rondônia	40,7	25,9	27,2
Acre	55,3	34,1	34,0
Amazonas	52,7	41,2	20,6
Roraima	nds	nds	nds
Pará	35,0	19,9	19,2
Amapá	50,1	16,6	16,7
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	29,7	20,5	22,3
Maranhão	31,0	19,7	19,2
Piauí	25,6	15,9	15,5
Ceará	26,1	14,7	26,1
Rio Grande do Norte	29,3	22,8	22,1
Paraíba	33,0	23,9	22,1
Pernambuco	32,7	25,0	23,7
Alagoas	30,6	24,3	25,2
Sergipe	36,9	20,0	21,3
Bahia	28,7	20,4	22,5
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	40,7	26,3	13,9
Rio de Janeiro	40,5	17,9	16,7
Minas Gerais	36,3	25,6	12,9
Espírito Santo	33,1	30,0	19,2
São Paulo	54,5	29,9	13,0
<b>REGIÃO SUL</b>	30,1	27,7	17,6
Paraná	33,9	28,1	17,0
Santa Catarina	31,7	40,0	15,0
Rio Grande do Sul	22,2	19,4	20,4
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	40,3	20,8	19,4
Mato Grosso do Sul	36,0	15,4	21,1
Mato Grosso	37,6	29,1	21,4
Goiás (2)	41,2	26,0	17,7
Distrito Federal (3)	46,7	3,3	20,7
<b>BRASIL</b>	33,6	22,8	19,7

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Inclusive as pessoas do Estado do Tocantins.

(3) Inclusive as pessoas da área rural.

nds = Dados não significativos na amostra.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS TOTAL E INDIGENTE(1) RESIDENTE NAS ÁREAS  
RURALS, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS DE IDADE		POPULAÇÃO INDIGENTE DE 7 A 14 ANOS CUJAS FAMÍLIAS		POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS INDIGENTE QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA
	TOTAL	INDIGENTE	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	COM CHEFE DE FAMÍLIA QUE NÃO TRABALHA	
REGIÃO NORTE	...	...	...	...	...
Rondônia	...	...	...	...	...
Acre	...	...	...	...	...
Amazonas	...	...	...	...	...
Roraima	...	...	...	...	...
Pará	...	...	...	...	...
Amapá	...	...	...	...	...
REGIÃO NORDESTE	4.347.570	2.244.332	289.632	231.366	786.762
Maranhão	810.076	383.207	53.736	34.647	169.690
Piauí	356.258	263.739	25.910	22.569	88.190
Ceará	612.298	387.594	35.779	45.341	118.235
Rio Grande do Norte	171.556	97.537	8.661	10.484	33.272
Paraíba	287.730	198.886	30.246	21.080	53.618
Pernambuco	497.246	210.346	30.512	32.631	71.384
Alagoas	248.101	85.650	13.369	7.923	44.062
Sergipe	151.276	49.909	7.834	2.611	18.861
Bahia	1.213.029	567.463	83.584	54.080	189.451
REGIÃO SUDESTE	2.003.016	542.392	66.694	49.491	170.429
Rio de Janeiro	218.556	52.222	12.250	6.013	15.270
Minas Gerais	912.123	317.037	39.466	29.460	104.110
Espírito Santo	189.305	87.712	7.975	3.988	30.124
São Paulo	683.032	85.421	7.003	10.031	20.925
REGIÃO SUL	1.390.761	442.255	42.155	27.847	109.264
Paraná	601.486	221.943	15.269	4.327	55.110
Santa Catarina	333.484	73.788	4.975	8.291	20.727
Rio Grande do Sul	455.791	146.524	21.912	15.229	33.427
REGIÃO CENTRO-OESTE	559.112	128.079	17.464	13.892	37.602
Mato Grosso do Sul	75.400	16.248	1.548	1.933	7.346
Mato Grosso	148.681	29.573	4.394	3.219	7.609
Goiás (2)	335.031	82.258	11.523	8.741	22.646
Distrito Federal	-	-	-	-	-
BRASIL (3)	8.300.459	3.357.058	415.946	322.596	1.104.057

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Inclusive as pessoas do Estado do Tocantins.

(3) Exclusivo as pessoas da área rural da Região Norte.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

**DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS INDIGENTE(1) RESIDENTE NAS ÁREAS RURAIS, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990**

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	(% ) POPULAÇÃO INDIGENTE DE 7 A 14 ANOS CUJAS FAMÍLIAS SÃO CHEFIADAS POR MULHERES OU COM CHEFE QUE NÃO TRABALHA EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS INDIGENTE		(% ) POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS INDIGENTE QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA
	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	COM CHEFE QUE NÃO TRABALHA	
<b>REGIÃO NORTE</b>	...	...	...
Rondonia	...	...	...
Acre	...	...	...
Amazonas	...	...	...
Roraima	...	...	...
Pará	...	...	...
Amapá	...	...	...
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	12,9	10,3	35,1
Maranhão	14,0	9,0	44,3
Piauí	9,8	8,6	33,4
Ceará	9,2	11,7	30,5
Rio Grande do Norte	8,9	10,7	34,1
Paraíba	15,2	10,6	27,0
Pernambuco	14,5	15,5	33,9
Alagoas	15,6	9,3	51,4
Sergipe	15,7	5,2	37,8
Bahia	14,7	9,5	33,4
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	12,3	9,1	31,4
Rio de Janeiro	23,5	11,5	29,2
Minas Gerais	12,4	9,3	32,8
Espírito Santo	9,1	4,5	34,3
São Paulo	8,2	11,7	24,5
<b>REGIÃO SUL</b>	9,5	6,3	24,7
Paraná	6,9	1,9	24,8
Santa Catarina	6,7	11,2	28,1
Rio Grande do Sul	15,0	10,4	22,8
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	13,6	10,8	29,4
Mato Grosso do Sul	9,5	11,9	45,2
Mato Grosso	14,9	10,9	25,7
Goiás (2)	14,0	10,6	27,5
Distrito Federal	-	-	-
<b>BRASIL (3)</b>	12,4	9,6	32,9

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Inclusive as pessoas do Estado do Tocantins.

(3) Excluídas as pessoas da área rural da Região Norte.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS		POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS INDIGENTE			
	TOTAL	INDIGENTE	QUE SÓ ESTUDAM		QUE SÓ TRABALHAM	
			QUE SÓ ESTUDAM	QUE SÓ TRABALHAM	QUE ESTUDAM E TRABALHAM	QUE ESTUDAM E TRABALHAM
<b>REGIÃO NORTE (2)</b>	661.707	82.559	64.310	2.141	4.466	
Rondônia	69.720	7.686	5.623	375	750	
Acre	24.821	5.709	3.346	591	394	
Amazonas	188.055	13.804	11.260	365	363	
Roraima	13.031	nds	nds	nds	nds	
Pará	351.390	55.174	43.895	810	2.959	
Amapá	14.690	nds	nds	nds	nds	
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	5.680.801	1.944.825	1.298.633	173.613	283.843	
Maranhão	746.307	177.066	151.181	10.119	46.399	
Piauí	374.195	121.991	109.962	5.338	47.013	
Ceará	818.338	372.283	245.247	37.301	40.489	
Rio Grande do Norte	281.885	111.779	74.522	5.751	6.762	
Paraíba	419.072	193.991	122.780	24.602	22.230	
Pernambuco	927.832	266.541	168.790	16.001	32.081	
Alagoas	338.478	98.103	53.769	15.105	6.070	
Sergipe	181.094	53.904	31.791	5.031	5.586	
Bahia	1.593.600	549.166	340.591	54.365	77.213	
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	6.957.371	873.905	627.186	68.304	52.292	
Rio de Janeiro	1.421.521	189.615	153.439	3.686	4.082	
Minas Gerais	1.830.520	369.979	239.254	37.339	32.238	
Espírito Santo	308.511	81.578	46.079	12.019	8.899	
São Paulo	3.396.819	232.734	188.414	15.260	7.073	
<b>REGIÃO SUL</b>	2.438.869	406.949	221.892	52.961	75.352	
Paraná	1.056.401	206.401	113.790	25.452	39.516	
Santa Catarina	477.503	61.782	37.280	8.091	5.803	
Rio Grande do Sul	904.965	138.765	70.822	19.418	30.032	
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	1.241.988	158.205	103.748	10.603	21.444	
Mato Grosso do Sul	205.162	28.643	20.159	1.234	2.428	
Mato Grosso	214.403	26.059	14.046	1.602	5.744	
Goiás (3)	602.872	91.532	59.817	7.268	13.271	
Distrito Federal	219.551	11.971	9.725	499	nds	
<b>BRASIL (4)</b>	16.980.736	3.466.443	2.315.768	307.621	437.396	

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Exclusive as pessoas da área rural.

(3) Inclusive as pessoas do Estado do Tocantins.

(4) Exclusive as pessoas da área rural da Região Norte.

nds = Dados não significativos na amostra.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS INDIGENTE(1) SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	(% ) POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS INDIGENTE POR ATRIBUTOS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DE 10 A 14 ANOS INDIGENTE		
	QUE SO ESTUDAM	QUE SO TRABALHAM	QUE ESTUDAM E TRABALHAM
<b>REGIÃO NORTE (2)</b>	77,9	2,6	5,4
Rondônia	73,2	4,9	9,8
Acre	58,6	10,4	6,9
Amazonas	81,6	2,6	2,6
Roraima	dns	dns	dns
Pará	79,6	1,5	5,4
Amapá	dns	dns	dns
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	66,8	8,9	14,6
Maranhão	85,4	5,7	26,2
Piauí	90,1	4,4	38,5
Ceará	65,9	10,0	10,9
Rio Grande do Norte	66,7	5,1	6,0
Paraíba	63,3	12,7	11,5
Pernambuco	63,3	6,0	12,0
Alagoas	54,8	15,4	6,2
Sergipe	59,0	9,3	10,4
Bahia	62,0	9,9	14,1
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	71,8	7,8	6,0
Rio de Janeiro	80,9	1,9	2,2
Minas Gerais	64,7	10,1	8,7
Espírito Santo	56,5	14,7	10,9
São Paulo	81,0	6,6	3,0
<b>REGIÃO SUL</b>	54,5	13,0	18,5
Paraná	55,1	12,3	19,1
Santa Catarina	60,3	13,1	9,4
Rio Grande do Sul	51,0	14,0	21,6
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	65,6	6,7	13,6
Mato Grosso do Sul	70,4	4,3	8,5
Mato Grosso	53,9	6,1	22,0
Goiás (3)	65,4	7,9	14,5
Distrito Federal	81,2	4,2	0,0
<b>BRASIL (4)</b>	66,8	8,9	12,6

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Exclui-se as pessoas da área rural.

(3) Inclusive as pessoas do Estado do Tocantins.

(4) Exclui-se as pessoas da área rural da Região Norte.

dns = Dados não significativos na amostra.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.



POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS TOTAL E INDIGENTE(1) RESIDENTE NAS ÁREAS METROPOLITANAS, 1990.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS		POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS INDIGENTE			
	TOTAL	INDIGENTE	QUE SO ESTUDAM	QUE SO TRABALHAM	QUE ESTUDAM E TRABALHAM	
<b>REGIÃO NORTE</b>	144.345	18.536	16.863	139		279
Roraima						
Acre						
Amazonas						
Roraima	144.345	18.536	16.863	139		279
Pará						
Amapá						
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	893.199	179.734	146.994	3.160		9.171
Maranhão						
Piauí						
Ceará	238.826	52.459	41.371	1.494		2.986
Rio Grande do Norte						
Paraíba						
Pernambuco	355.377	78.311	64.028	952		3.095
Alagoas						
Sergipe						
Bahia	298.996	48.964	41.595	714		3.090
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	3.308.573	300.929	255.129	3.640		7.035
Rio de Janeiro	1.134.006	140.864	117.385	1.424		3.558
Minas Gerais	408.177	45.646	39.671	1.195		1.434
Espírito Santo						
São Paulo	1.766.390	114.419	98.073	1.021		2.043
<b>REGIÃO SUL</b>	575.279	36.799	28.870	661		712
Paraná	259.512	13.017	9.493	nds		271
Santa Catarina						
Rio Grande do Sul	315.767	23.782	19.377	661		441
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>						
Mato Grosso do Sul						
Mato Grosso						
Goiás						
Distrito Federal						
<b>BRASIL</b>	4.921.396	535.998	447.856	7.600		17.197

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNICEF para a família como um todo.

das = Dados não significativos na amostra.

Elaboração: IPEA - Coordenação de Política Social

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS INDIGENTE(1) RESIDENTE NAS ÁREAS METROPOLITANAS, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	(% ) POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS INDIGENTE POR ATRIBUTOS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DE 10 A 14 ANOS INDIGENTE		
	QUE SO ESTUDAM	QUE SÓ TRABALHAM	QUE ESTUDAM E TRABALHAM
<b>REGIÃO NORTE</b>	91,0	0,7	1,5
Rondônia			
Acre			
Amazonas			
Roraima			
Pará	91,0	0,7	1,5
Amapá			
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	81,8	1,8	5,1
Maranhão			
Piauí			
Ceará	78,9	2,8	5,7
Rio Grande do Norte			
Paraíba			
Pernambuco	81,8	1,2	4,0
Alagoas			
Sergipe			
Bahia	85,0	1,5	6,3
<b>REGIÃO SUDESTE</b>			
Rio de Janeiro	83,3	1,0	2,5
Minas Gerais	86,9	2,6	3,1
Espírito Santo			
São Paulo	85,7	0,9	1,8
<b>REGIÃO SUL</b>			
Paraná	72,9	0,0	2,1
Santa Catarina			
Rio Grande do Sul	81,5	2,8	1,9
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>			
Mato Grosso do Sul			
Mato Grosso			
Goiás			
Distrito Federal			
<b>BRASIL</b>	83,6	1,4	3,2

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

Elaboração: IPEA - Coordenação de Política Social.

POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS TOTAL E INDIGENTE(1) RESIDENTE NAS ÁREAS URBANAS NÃO METROPOLITANAS, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS			POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS INDIGENTE		
	TOTAL	INDIGENTE	QUE SÓ ESTUDAM	QUE SÓ TRABALHAM	QUE ESTUDAM E TRABALHAM	
<b>REGIÃO NORTE</b>	517.362	64.023	47.447	2.012	4.187	
Rondônia	69.720	7.686	5.623	375	750	
Acre	24.821	5.709	3.346	591	394	
Amazonas	188.055	13.804	11.260	365	363	
Roraima	13.031	nds	nds	nds	nds	
Pará	207.045	36.638	27.032	671	2.680	
Amapá	14.690	nds	nds	nds	nds	
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	2.160.125	684.803	484.897	41.814	59.570	
Maranhão	254.416	78.085	58.565	4.462	8.923	
Piauí	155.766	55.123	40.999	2.412	6.888	
Ceará	217.147	100.718	68.794	7.156	8.805	
Rio Grande do Norte	176.345	53.440	36.237	2.562	4.027	
Paraíba	244.827	73.010	50.837	7.645	5.733	
Pernambuco	278.789	78.158	49.699	4.247	8.494	
Alagoas	188.292	50.574	34.956	3.718	2.604	
Sergipe	91.632	22.656	16.991	679	1.814	
Bahia	552.911	173.039	127.819	8.931	12.283	
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	2.398.632	262.912	205.305	10.751	8.093	
Rio de Janeiro	152.955	23.061	18.868	524	524	
Minas Gerais	856.336	147.345	115.206	5.458	1.336	
Espírito Santo	187.725	27.091	16.841	1.830	4.027	
São Paulo	1.201.616	65.414	54.390	2.939	2.205	
<b>REGIÃO SUL</b>	1.021.512	114.141	81.060	3.678	9.007	
Paraná	433.138	63.596	44.268	2.494	6.235	
Santa Catarina	268.785	19.500	15.725	629	nds	
Rio Grande do Sul	319.589	31.045	21.067	555	2.772	
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	905.383	88.149	66.677	4.176	7.169	
Mato Grosso do Sul	163.141	20.515	16.287	846	1.268	
Mato Grosso	124.459	11.421	9.065	725	181	
Goiás (2)	398.232	44.242	31.599	2.106	5.720	
Distrito Federal (3)	219.551	11.971	9.725	499	nds	
<b>BRASIL</b>	7.003.014	1.214.028	885.386	62.421	88.025	

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Inclusive as pessoas do Estado do Tocantins.

(3) Inclusive as pessoas da área rural.

das = Dados não significativos na amostra.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS INDIGENTE(1)  
RESIDENTE NAS ÁREAS URBANAS NÃO METROPOLITANAS, 1990.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	(% ) POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS INDIGENTES POR ATRIBUTOS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DE 10 A 14 ANOS INDIGENTE		
	QUE SO ESTUDAM	QUE SO TRABALHAM	QUE ESTUDAM E TRABALHAM
<b>REGIÃO NORTE</b>	74,1	3,1	6,5
Rondônia	73,2	4,9	9,8
Acre	58,6	10,4	6,9
Amazonas	81,6	2,6	2,6
Roraima	nds	nds	nds
Pará	73,8	1,8	7,3
Amapá	nds	nds	nds
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	70,8	6,1	8,7
Maranhão	75,0	5,7	11,4
Piauí	74,4	4,4	12,5
Ceará	68,3	7,1	8,7
Rio Grande do Norte	67,8	4,8	7,5
Paraíba	69,6	10,5	7,9
Pernambuco	63,6	5,4	10,9
Alagoas	69,1	7,4	5,1
Sergipe	75,0	3,0	8,0
Bahia	73,9	5,2	7,1
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	78,1	4,1	3,1
Rio de Janeiro	81,8	2,3	2,3
Minas Gerais	78,2	3,7	0,9
Espírito Santo	62,2	6,8	14,9
São Paulo	83,1	4,5	3,4
<b>REGIÃO SUL</b>	71,0	3,2	7,9
Paraná	69,6	3,9	9,8
Santa Catarina	80,6	3,2	0,0
Rio Grande do Sul	67,9	1,8	8,9
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	75,6	4,7	8,1
Mato Grosso do Sul	79,4	4,1	6,2
Mato Grosso	79,4	6,3	1,6
Goiás (2)	71,4	4,8	12,9
Distrito Federal (3)	81,2	4,2	0,0
<b>BRASIL</b>	72,9	5,1	7,3

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Inclusive as pessoas do Estado do Tocantins.

(3) Inclusive as pessoas da área rural.

nds = Dados não significativos na amostra.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS TOTAL E INDIGENTE(1) RESIDENTE NAS ÁREAS RURAIS, 1990.  
SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS			POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS INDIGENTE		
	TOTAL	INDIGENTE	...	QUE SÓ ESTUDAM	QUE SÓ TRABALHAM	QUE ESTUDAM E TRABALHAM
	...	...	...	...	...	...
<b>REGIÃO NORTE</b>	...	...	...	...	...	...
Rondônia	...	...	...	...	...	...
Acre	...	...	...	...	...	...
Amazonas	...	...	...	...	...	...
Roraima	...	...	...	...	...	...
Pará	...	...	...	...	...	...
Amapá	...	...	...	...	...	...
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	2.627.477	1.221.602	630.704	120.212	204.472	204.472
Maranhão	491.891	208.298	88.874	5.428	35.962	35.962
Piauí	218.429	158.291	68.911	2.924	40.095	40.095
Ceará	362.365	204.187	125.884	26.700	26.744	26.744
Rio Grande do Norte	105.540	55.591	36.482	3.039	2.606	2.606
Pernambuco	174.245	117.944	70.137	16.531	16.083	16.083
Alagoas	293.666	106.375	53.214	10.439	19.803	19.803
Sergipe	150.186	42.533	16.836	10.190	3.102	3.102
Bahia	89.462	29.193	13.826	4.065	3.524	3.524
	741.693	299.190	156.540	40.896	56.553	56.553
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	1.250.166	270.228	145.250	47.244	32.491	32.491
Rio de Janeiro	134.560	20.503	13.716	1.387	nds	nds
Minas Gerais	566.007	153.865	73.354	26.677	25.618	25.618
Espírito Santo	120.786	48.712	26.139	9.109	4.356	4.356
São Paulo	428.813	47.148	32.041	10.071	2.517	2.517
<b>REGIÃO SUL</b>	842.078	234.136	102.520	44.430	59.893	59.893
Paraná	363.751	119.037	55.057	21.056	30.276	30.276
Santa Catarina	208.718	39.277	20.023	6.932	5.391	5.391
Rio Grande do Sul	269.609	75.822	27.440	16.442	24.226	24.226
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	336.605	54.966	29.576	5.193	10.956	10.956
Mato Grosso do Sul	42.021	4.903	2.336	234	700	700
Mato Grosso	89.944	10.265	3.493	615	3.901	3.901
Goiás (2)	204.640	39.798	23.747	4.344	6.355	6.355
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-
<b>BRASIL (3)</b>	5.056.326	1.780.932	908.050	217.079	307.812	307.812

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Inclusive as pessoas do Estado do Tocantins.

(3) Exclui-se as pessoas da área rural da Região Norte.

nds = Dados não significativos na amostra.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS INDIGENTE(1) RESIDENTE NAS ÁREAS RURAIS.  
SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	(% ) POPULAÇÃO DE 10 A 14 ANOS INDIGENTES POR ATRIBUTOS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DE 10 A 14 ANOS INDIGENTE		
	QUE SO ESTUDAM	QUE SO TRABALHAM	QUE ESTUDAM E TRABALHAM
REGIAO NORTE	...	...	...
Rondônia	...	...	...
Acre	...	...	...
Amazonas	...	...	...
Roraima	...	...	...
Pará	...	...	...
Amapá	...	...	...
REGIÃO NORDESTE	51,6	9,8	16,7
Maranhão	42,7	2,6	17,3
Piauí	43,5	1,8	25,3
Ceará	61,7	13,1	13,1
Rio Grande do Norte	65,6	5,5	4,7
Paraíba	59,5	14,0	13,6
Pernambuco	50,0	9,8	18,6
Alagoas	39,6	24,0	7,3
Sergipe	47,4	13,9	12,1
Bahia	52,3	13,7	18,9
REGIÃO SUDESTE	53,8	17,5	12,0
Rio de Janeiro	66,9	6,8	0,0
Minas Gerais	47,7	17,3	16,6
Espírito Santo	53,7	18,7	8,9
São Paulo	68,0	21,4	5,3
REGIÃO SUL	43,8	19,0	25,6
Paraná	46,3	17,7	25,4
Santa Catarina	51,0	17,6	13,7
Rio Grande do Sul	36,2	21,7	32,0
REGIÃO CENTRO-OESTE	53,8	9,4	19,9
Mato Grosso do Sul	47,6	4,8	14,3
Mato Grosso	34,0	6,0	38,0
Goiás (2)	59,7	10,9	16,0
Distrito Federal	-	-	-
BRASIL (3)	51,0	12,2	17,3

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Inclusive as pessoas do Estado do Tocantins.

(3) Exclui-se as pessoas da área rural da Região Norte.

dns = Dados não significativos na amostra.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política

POPULAÇÃO TOTAL DE 15 A 17 ANOS INDIGENTE(1), SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE		POPULAÇÃO INDIGENTE DE 15 A 17 ANOS CUJAS FAMÍLIAS		POPULAÇÃO INDIGENTE DE 15 A 17 ANOS									
	TOTAL	INDIGENTE	SÃO CHEFIAS POR MULHERES		COM CHEFE DE FAMÍLIA QUE NÃO TRABALHA	QUE ESTUDA	QUE SÓ TRABALHA	QUE ESTUDA E TRABALHA	PROCURANDO TRABALHO (Desempregado)	NÃO ESTUDA E NÃO TRABALHA	NÃO SABEM LER E ESCREVER (Analfabos)	COM A QUARTA SÉRIE COMPLETA	QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA	
			INDIGENTE	INDIGENTE										INDIGENTE
<b>REGIÃO NORTE (2)</b>	372.670	39.814	18.265	13.392	20.314	4.330	2.922	1.609	12.248	2.932	7.489	16.578		
Roraima	40.131	3.935	1.125	936	1.498	188	563	750	1.687	188	562	1.874		
Acre	14.271	3.347	1.967	1.770	1.575	181	394	197	1.378	394	196	1.378		
Amapá	106.332	7.262	4.174	3.083	4.176	181	363	363	2.904	363	1.635	3.086		
Roraima	3.932	393	209	151	209	181	363	363	2.904	363	1.635	3.086		
Pará	200.138	24.522	10.999	7.041	12.691	3.774	1.965	300	6.092	1.987	5.096	9.867		
Amapá	7.866	747	561	561	374	187	187	187	187	187	187	374		
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	3.060.390	973.032	240.512	213.270	288.052	311.913	128.818	23.461	243.929	307.651	150.640	555.902		
Maranhão	387.394	133.294	36.452	18.562	39.841	48.660	23.507	708	21.285	36.086	21.539	69.946		
Pernambuco	219.251	109.216	19.190	14.001	29.298	38.187	20.069	2.412	21.662	34.919	16.432	59.849		
Ceará	457.449	169.410	28.975	37.370	43.987	62.969	20.106	2.215	42.348	58.646	23.460	105.317		
Rio Grande do Norte	158.518	59.551	14.989	13.887	22.198	13.604	6.394	1.830	17.355	18.350	9.687	30.959		
Paraíba	216.248	87.879	21.795	18.496	28.276	24.529	12.913	3.209	22.161	27.274	12.306	46.689		
Pernambuco	549.885	130.786	38.542	40.586	34.865	40.232	10.406	3.714	45.283	42.788	25.057	85.515		
Alagoas	184.749	48.682	11.147	11.397	14.620	12.261	3.470	1.115	18.330	15.603	7.060	30.591		
Sergipe	93.261	20.806	5.429	6.463	6.463	6.328	1.713	517	6.303	6.492	3.680	12.631		
Bahia	793.633	213.409	63.994	55.256	68.504	63.144	30.240	7.742	49.201	67.495	31.418	114.405		
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	3.814.064	331.052	121.770	90.778	99.526	98.674	24.688	24.183	108.164	24.902	83.701	206.838		
Rio de Janeiro	767.501	70.945	29.683	19.771	28.904	12.381	1.777	4.007	27.882	4.126	12.263	40.264		
Minas Gerais	1.006.438	146.455	49.815	42.470	43.533	48.795	13.093	6.405	41.034	12.563	42.373	89.829		
Espírito Santo	199.205	32.321	6.395	5.066	2.716	14.386	3.525	1.098	11.693	2.947	13.559	26.079		
São Paulo	1.880.920	81.331	35.877	23.470	24.373	23.112	6.793	12.673	27.354	5.267	15.506	50.666		
<b>REGIÃO SUL</b>	1.354.303	190.839	39.102	36.336	25.935	98.977	16.231	10.762	49.675	19.120	69.907	148.633		
Paraná	572.384	84.265	13.836	13.796	10.907	41.031	8.286	5.410	24.041	9.522	26.400	65.072		
Santa Catarina	287.283	31.593	7.720	7.720	2.288	17.940	4.576	2.088	6.889	3.317	16.840	24.729		
Rio Grande do Sul	494.638	74.981	17.547	14.820	12.761	40.106	3.369	3.265	18.745	6.282	26.667	58.851		
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	681.939	69.246	21.111	18.075	18.731	12.209	7.356	2.972	22.685	11.244	14.069	43.160		
Mato Grosso do Sul	113.674	9.132	2.751	2.712	3.949	1.060	1.038	423	3.065	212	1.658	4.125		
Mato Grosso	120.741	10.279	2.622	2.468	2.441	2.842	362	362	3.461	878	3.615	7.476		
Goiás (3)	335.034	45.093	13.992	10.899	10.594	7.559	5.188	1.301	14.659	9.654	8.293	29.312		
Distrito Federal	112.490	4.743	1.747	1.996	1.747	748	748	1.248	1.499	499	503	2.247		
<b>BRASIL (4)</b>	9.283.348	1.603.983	440.760	371.851	452.577	526.104	180.014	62.988	436.701	365.850	325.805	971.131		

Fez os cálculos: IBGE - Fundação Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Passou-se pelo valor da renda familiar correspondente, ao máximo, aos critérios de aquisição de alimentos básicos que atendem os requerimentos nutricionais, recomendados pelo FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Excluídas as pessoas de área rural.

(3) Incluídas as pessoas do Estado do Tocantins.

(4) Excluídas as pessoas de área rural de Região Norte. São as Datas não qualificadas em anexo.

Elaborações: IPEA - Coordenação de Políticas Sociais.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS INDIGENTE(1), SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	(1*) POP. IND. DE 15 A 17 ANOS CUJAS FAMÍLIAS SÃO CHEFIADAS P/ MULHERES OU CHEFES QUE NÃO TRABALHAM EM RELAÇÃO A POP. IND. DE 15 A 17 ANOS		(5) POPULAÇÃO INDIGENTE DE 15 A 17 ANOS POR ATRIBUTOS EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO INDIGENTE: TOTAL DE 15 A 17 ANOS							
	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	QUE NÃO TRABALHA COM CHEFE DE FAMÍLIA	QUE SÓ ESTUDA	QUE SÓ TRABALHA	QUE ESTUDA E TRABALHA	PROCURANDO TRABALHO (Desempregado)	NÃO ESTUDA E NÃO TRABALHA	NÃO SABEM LER E ESCRIVER (Analfabos)	COM A QUARTA SÉRIE COMPLETA	QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA
<b>REGIÃO NORTE (2)</b>	45,9	33,6	51,0	10,9	7,3	4,0	30,8	7,4	18,8	41,6
Roraima	28,6	23,8	38,1	4,8	14,3	19,0	42,9	4,8	14,3	47,6
Acre	58,8	52,9	47,1	0,0	11,8	5,9	41,2	11,8	5,9	41,2
Amazonas	57,5	42,5	57,5	2,5	0,0	5,0	40,0	5,0	22,5	42,5
Roraima	44,9	28,7	51,8	15,4	8,0	4,0	24,8	8,1	20,8	40,2
Pará	75,0	21,9	29,6	32,1	13,2	2,4	25,1	31,6	15,5	57,1
Amapá	27,3	13,9	29,9	36,5	17,6	4,0	16,0	27,1	16,2	52,5
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	17,6	12,8	26,8	35,0	18,4	2,2	19,8	32,0	15,0	54,8
Maranhão	17,1	22,1	26,0	37,2	11,9	1,3	25,0	34,6	13,8	62,2
Pernambuco	25,2	23,3	37,3	22,8	10,7	3,1	29,1	30,8	16,3	52,0
Rio Grande do Norte	24,8	21,0	32,2	27,9	14,7	3,7	25,2	31,0	14,0	53,1
Piauí	29,5	31,0	26,7	30,8	8,0	2,8	34,6	32,7	19,2	63,4
Alagoas	22,9	23,4	30,0	25,2	7,1	2,3	37,7	32,1	14,5	62,8
Sergipe	26,1	17,9	31,1	30,4	8,2	2,5	30,3	31,2	17,7	60,7
Bahia	30,0	25,9	32,1	30,5	14,2	3,6	23,1	31,6	14,7	53,6
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	36,8	27,4	30,1	29,8	7,5	7,3	32,7	7,5	25,3	62,5
Rio de Janeiro	41,8	27,9	40,7	17,5	4,0	5,6	39,3	5,8	17,3	56,8
Minas Gerais	34,0	29,0	29,7	33,3	8,9	4,4	28,0	8,6	28,9	61,3
Espírito Santo	19,8	15,7	8,4	44,5	10,9	3,4	36,2	9,1	42,0	80,7
São Paulo	44,1	28,9	30,0	28,4	7,7	15,6	33,9	6,5	19,1	62,3
<b>REGIÃO SUL</b>	20,5	19,0	13,6	51,9	8,5	5,6	26,0	10,0	36,6	77,9
Paraná	16,4	16,4	12,9	48,7	9,8	6,4	28,5	11,3	31,3	77,2
Santa Catarina	24,4	24,4	7,2	56,5	14,5	6,6	21,8	10,5	53,3	78,3
Rio Grande do Sul	23,4	19,8	17,0	53,5	4,5	4,4	25,0	8,4	35,6	78,5
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	30,5	26,1	27,0	17,6	10,6	4,3	32,8	16,2	20,3	62,3
Mato Grosso do Sul	30,1	29,7	43,2	11,6	11,6	4,6	33,6	2,3	18,2	45,2
Mato Grosso	25,5	24,0	23,7	27,7	3,5	4,0	33,7	4,0	35,2	72,7
Goiás (3)	31,0	24,2	23,5	16,8	11,5	2,9	32,5	21,4	18,4	65,0
Distrito Federal	36,8	42,1	36,8	15,8	15,8	26,3	31,6	10,5	10,6	47,4
<b>BRASIL (4)</b>	27,5	23,2	28,2	32,8	11,2	3,9	27,2	22,8	20,3	60,5

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar correspondente, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Excluídas as pessoas de áreas rurais.

(3) Incluídas as pessoas do Estado do Tocantins.

(4) Incluídas as pessoas de áreas rurais do Estado do Rio Grande do Norte.

Elaboração: IPEA - Coordenação de Políticas Sociais.



POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS TOTAL E INDIGENTE(1) RESIDENTE NAS ÁREAS METROPOLITANAS, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE INDIGENTE:		POPULAÇÃO INDIGENTE DE 15 A 17 ANOS CUJAS FAMÍLIAS COM CHEFE DE FAMÍLIA QUE NÃO TRABALHA				POPULAÇÃO INDIGENTE DE 15 A 17 ANOS						
	TOTAL	INDIGENTE	SÃO CHEFIAS POR MULHERES	4.296	2.798	5.098	200	400	300	2.296	199	1.298	2.496
<b>REGIÃO NORTE:</b>	97,09%	7.994											
Roraima													
Acre													
Amazonas													
Roraima	97,09%	7.994	4.296	2.798	5.098	200	400	300	2.296	199	1.298	2.496	
Pará													
Amapá													
<b>REGIÃO NORDESTE:</b>	517.350	73.737	32.699	23.311	36.783	8.048	7.722	5.414	21.184	11.624	13.578	29.232	
Maranhão													
Piauí													
Ceará	148.169	23.677	7.584	6.284	11.654	3.886	2.590	1.665	5.547	3.698	4.070	9.433	
Rio Grande do Norte													
Paraíba													
Pernambuco	214.458	31.603	15.106	11.728	16.099	2.983	2.186	1.590	10.335	5.963	6.757	13.318	
Alagoas													
Sergipe													
Bahia	154.723	18.457	10.009	5.299	9.030	1.179	2.945	2.160	5.303	1.962	2.750	6.482	
<b>REGIÃO SUDESTE:</b>	1.773.650	92.657	42.527	27.887	37.619	13.970	2.818	11.118	38.251	2.368	20.480	52.220	
Rio de Janeiro	594.732	47.362	21.904	15.983	18.948	5.379	1.777	2.959	21.309	1.183	7.105	26.638	
Minas Gerais	216.518	12.281	6.037	4.996	5.620	2.498	1.041	1.249	3.122	416	4.163	5.620	
Espírito Santo													
São Paulo	962.400	33.013	14.587	6.909	13.051	6.143	não	6.910	13.820	768	9.212	19.962	
<b>REGIÃO SUL:</b>	305.334	15.235	6.487	5.716	5.803	3.229	972	2.173	5.231	599	3.459	8.460	
Paraná	142.380	5.437	2.290	1.716	2.005	1.430	572	572	1.430	não	859	2.861	
Santa Catarina													
Rio Grande do Sul	162.954	9.798	4.198	4.000	3.798	1.799	400	1.601	3.801	599	2.600	5.600	
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE:</b>													
Mato Grosso do Sul													
Mato Grosso													
Goiás													
Distrito Federal													
<b>BRASIL</b>	2.693.430	189.623	86.010	59.713	85.303	25.447	11.911	19.005	66.963	14.790	38.816	92.409	

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Percento cujo valor de renda familiar correspondo, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendem os requerimentos nutricionais, reconhecidos pelo FAO/OMS/UNU, para a família como um todo. Elaboração: IPEA - Coordenação de Políticas Sociais.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS INDIGENTE(1) RESIDENTE NAS ÁREAS METROPOLITANAS, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	(5) POP. IND. DE 15 A 17 CUJAS FAMÍLIAS SÃO CHEFAS P/ MULHERES OU CHEFES QUE NÃO TRABALHAM EM RELAÇÃO A POP. IND. DE 15 A 17 ANOS		(5) POPULAÇÃO INDIGENTE DE 15 A 17 ANOS POR ATRIBUTOS EM RELAÇÃO POPULAÇÃO INDIGENTE TOTAL DE 15 A 17 ANOS									
	SÃO CHEFAS DAS MULHERES POR MULHERES	COM CHEFE DE FAMÍLIA QUE NÃO TRABALHA	QUE SÓ ESTUDA	QUE SÓ TRABALHA	QUE ESTUDA E TRABALHA	PROCURANDO TRABALHO (Desempregado)	NÃO ESTUDA E NÃO TRABALHA	PROCURANDO TRABALHO (Inalfabetos)	COM A QUARTA SÉRIE COMPLETA	QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA		
			ESTUDAM	TRABALHAM	TRABALHAM E TRABALHAM	TRABALHANDO	NÃO ESTUDAM E NÃO TRABALHAM	NÃO SABEM LER E ESCREVER	COM A QUARTA SÉRIE COMPLETA	QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA		
<b>REGIÃO NORTE</b>	53,7	35,0	63,8	2,5	5,0	3,8	28,7	2,5	16,2	31,2		
Roraima												
Acre												
Amapá												
Amazonas												
Roraima	53,7	35,0	63,8	2,5	5,0	3,8	28,7	2,5	16,2	31,2		
Pernambuco												
Piauí												
Paraná												
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	44,3	31,6	49,9	10,9	10,5	7,3	28,7	15,8	18,4	39,6		
Maranhão												
Pernambuco												
Piauí	32,0	26,5	49,2	16,4	10,9	7,0	23,4	15,6	17,2	39,8		
Rio Grande do Norte												
Paraná												
Rio Grande do Sul												
Paraná	47,8	37,1	50,9	9,4	6,9	5,0	32,7	18,9	21,1	42,1		
Pernambuco												
Alagoas												
Sergipe												
Bahia	54,2	28,7	48,9	6,4	16,0	11,7	28,7	10,6	14,9	35,1		
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	45,9	30,1	40,6	15,1	3,0	12,0	41,3	2,6	22,1	56,4		
Rio de Janeiro	46,2	33,7	40,0	11,3	3,8	6,2	45,0	2,5	15,0	56,2		
Minas Gerais	49,2	40,7	45,8	20,3	8,5	10,2	25,4	3,4	33,9	45,8		
Espírito Santo												
São Paulo	44,2	20,9	39,5	18,6	mais	20,9	41,9	2,3	27,9	60,5		
<b>REGIÃO SUL</b>	42,6	37,5	38,1	21,2	6,4	14,3	34,3	3,9	22,7	55,5		
Pernambuco												
Santa Catarina												
Rio Grande do Sul	42,1	31,6	36,9	26,3	10,5	10,5	26,3	0,0	15,8	52,6		
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	42,8	40,8	38,8	18,4	4,1	16,3	38,8	6,1	26,5	57,2		
Mato Grosso do Sul												
Mato Grosso												
Goiás												
Distrito Federal												
<b>BRASIL</b>	45,4	31,5	45,0	13,4	6,3	10,0	35,3	7,8	20,5	48,7		

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Passou esse valor de renda familiar correspondente, no entanto, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendem os requerimentos nutricionais, recomentados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo. Elaborador: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS TOTAL E INDIGENTE(1) RESIDENTE NAS ÁREAS URBANAS NÃO METROPOLITANAS, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE		POPULAÇÃO INDIGENTE DE 15 A 17 ANOS CUJAS FAMÍLIAS SÃO CIEGRAS		POPULAÇÃO INDIGENTE DE 15 A 17 ANOS									
	TOTAL	INDIGENTE	SÃO CIEGRAS	INDIGENTE	COM CIEGRAS DE FAMÍLIA QUE NÃO TRABALHA	QUE SÓ ESTUDA	QUE SÓ TRABALHA	QUE ESTUDA E TRABALHA	PROCURANDO TRABALHO (Desemprego)	NÃO ESTUDA E NÃO TRABALHA	NÃO SABEM LER E ESCREVER (Analfabetos)	COM A QUARTA SÉRIE COMPLETA	QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA	
<b>REGIÃO NORTE:</b>	275.574	31.820	13.968	10.595	15.216	4.130	2.522	1.309	9.952	2.737	6.191	14.082		
Roraima	40.131	3.935	1.125	936	1.498	188	563	750	1.687	188	562	1.874		
Acre	14.271	3.347	1.967	1.770	1.575	394	394	197	1.378	394	196	1.378		
Amazonas	106.332	7.262	4.174	3.085	4.176	181	181	363	2.904	363	1.635	3.086		
Roraima	3.932	dim	dim	dim	dim	dim	dim	dim	dim	dim	dim	dim		
Pará	103.042	16.528	6.702	4.243	7.593	3.574	1.565	3.796	3.796	1.788	3.798	7.370		
Amapá	7.866	747	dim	561	374	187	dim	dim	187	dim	dim	374		
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	1.266.681	348.209	116.842	106.313	123.063	84.999	43.794	16.133	94.294	85.594	61.522	179.352		
Maranhão	162.148	37.902	11.710	7.249	12.267	8.367	7.249	7.249	5.018	7.805	6.491	13.385		
Piauí	107.734	32.728	9.991	6.894	15.504	5.167	5.857	2.412	6.200	4.822	7.237	11.367		
Ceará	118.088	48.981	14.309	17.611	15.409	18.713	3.301	550	11.558	18.714	7.156	30.271		
Rio Grande do Norte	102.925	32.206	11.345	8.418	13.539	5.836	3.661	1.830	9.151	6.955	6.951	15.006		
Paraná	143.420	42.043	12.630	12.997	16.819	10.319	4.204	2.293	10.702	8.024	7.263	21.021		
Paraná	181.861	48.422	16.991	18.688	9.345	16.140	4.248	2.124	18.688	15.715	8.494	34.829		
Alagoas	110.319	24.917	5.206	5.952	8.182	4.835	2.975	1.115	8.925	5.206	4.090	13.759		
Sergipe	48.801	10.650	3.398	2.266	3.852	2.266	1.132	226	3.400	2.719	1.360	5.665		
Bahia	291.345	75.360	31.261	26.238	30.145	13.337	11.166	5.822	20.652	15.633	12.279	34.049		
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	1.398.175	120.446	56.236	43.443	39.748	30.436	13.405	10.065	36.858	7.938	26.937	67.293		
Rio de Janeiro	96.306	9.959	5.242	2.097	3.145	3.669	dim	1.048	3.144	2.097	2.621	6.814		
Minas Gerais	491.600	69.735	31.529	28.495	26.685	17.585	6.063	4.245	19.403	3.640	16.978	36.988		
Espírito Santo	94.652	10.616	3.294	3.294	1.830	1.098	2.196	1.098	5.492	732	2.928	6.590		
São Paulo	715.617	30.136	16.170	9.557	8.087	8.083	5.146	3.674	8.819	1.469	4.410	16.902		
<b>REGIÃO SUL</b>	557.332	48.426	18.608	15.212	7.697	14.214	4.930	6.040	21.565	2.841	16.804	35.798		
Paraná	238.477	23.692	8.105	7.482	3.741	6.838	3.117	3.117	9.975	623	6.838	16.803		
Santa Catarina	151.723	7.548	4.403	4.403	630	1.258	1.258	1.259	4.402	dim	4.403	5.660		
Rio Grande do Sul	167.132	17.186	6.100	3.327	3.327	6.098	555	1.664	7.207	2.218	5.543	13.305		
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	502.155	37.116	14.376	13.420	12.812	8.014	4.375	2.574	11.715	2.818	8.159	19.729		
Mato Grosso do Sul	87.539	7.196	2.751	2.326	3.175	1.060	1.058	423	1.903	212	1.270	2.963		
Mato Grosso	69.405	4.713	1.451	2.176	1.270	1.087	362	dim	1.994	dim	1.271	3.081		
Goiás (2)	232.721	20.465	8.427	6.923	6.620	5.119	2.407	903	6.319	2.106	5.116	11.438		
Distrito Federal (3)	112.490	4.743	1.747	1.996	1.747	748	748	1.248	1.499	499	503	2.247		
<b>BRASIL</b>	3.999.917	586.016	220.030	188.984	200.536	141.792	69.226	36.122	174.402	101.923	119.613	316.235		

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoa cujo valor de renda familiar contemporânea, no mês-base, nos custos de aquisição de alimentos básicos que atendem os requisitos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Inclusive as pessoas do Estado do Tocantins.

(3) Inclusive as pessoas de área rural.

dim = Dado não significativo em estatística.

Elaborador: IPEA - Coordenadoria de Políticas Sociais.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS INDIGENTE(1) RESIDENTE NAS ÁREAS URBANAS NÃO METROPOLITANAS, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	(5) POP. IND. DE 15 A 17 CUJAS FAMÍLIAS SÃO CHEFAS DAS PMULHERES OU CHEFES QUE NÃO TRABALHAM EM RELAÇÃO A POP. IND. DE 15 A 17 ANOS		(5) POPULAÇÃO INDIGENTE DE 15 A 17 ANOS POR ATRIBUÍDOS EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO INDIGENTE TOTAL DE 15 A 17 ANOS									
	SÃO CHEFIAS DAS PMULHERES	COM CHEFE DE FAMÍLIA QUE NÃO TRABALHA	QUE SÓ ESTUDAM	QUE SÓ TRABALHAM	QUE ESTUDAM E TRABALHAM	PROCURANDO TRABALHO (Desempregado)	NÃO ESTUDAM E NÃO TRABALHAM	NÃO SABEM LER E ESCRIVER (Analfabeta)	COM A QUARTA SÉRIE COMPLETA	QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA		
<b>REGIÃO NORTE</b>	43,9	33,3	47,8	13,0	7,9	4,1	31,3	8,6	19,5	44,3		
Roraima	28,6	23,8	38,1	4,8	14,3	19,0	42,9	4,8	14,3	47,6		
Acre	58,8	52,9	47,1	0,0	11,8	5,9	41,2	11,8	5,9	41,2		
Amazonas	57,5	42,5	57,5	2,5	0,0	5,0	40,0	5,0	22,5	42,5		
Roraima	40,6	25,7	45,9	21,6	9,5	10,8	23,0	10,8	23,0	44,6		
Pará	40,6	75,0	50,0	25,0	10,8	10,8	23,0	10,8	23,0	44,6		
Amapá	40,6	75,0	50,0	25,0	10,8	10,8	23,0	10,8	23,0	44,6		
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	33,6	30,5	35,9	24,4	12,6	4,6	27,1	24,6	17,7	51,5		
Maranhão	35,6	22,0	37,3	25,4	22,0	19,0	15,3	23,7	20,3	40,7		
Pernambuco	30,5	21,1	47,4	15,8	17,9	7,4	18,9	14,7	22,1	34,7		
Ceará	29,2	36,0	31,5	38,2	6,7	1,1	23,6	38,2	14,6	61,8		
Rio Grande do Norte	35,2	26,1	42,0	18,2	11,4	5,7	28,4	21,6	21,6	46,6		
Pernambuco	30,0	30,9	40,0	24,5	10,0	5,5	25,5	19,1	17,3	50,0		
Pernambuco	35,1	38,6	35,1	33,3	8,8	4,4	38,6	32,5	17,5	71,9		
Alagoas	20,9	23,9	32,8	19,4	11,9	4,5	35,8	20,9	16,4	55,2		
Sergipe	31,9	21,3	36,2	21,3	10,6	2,1	31,9	25,5	12,8	53,2		
Bahia	41,5	34,8	40,0	17,7	14,8	7,4	27,4	20,7	16,3	45,2		
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	46,7	36,1	33,0	25,3	11,1	8,4	30,6	6,6	22,4	55,9		
Rio de Janeiro	52,6	21,1	31,6	36,8	10,5	10,5	31,6	21,1	26,3	68,4		
Minas Gerais	45,2	40,9	38,3	25,2	8,7	6,1	27,8	5,2	24,3	53,0		
Espírito Santo	31,0	31,0	17,2	10,3	20,7	10,3	51,7	6,9	27,6	62,1		
São Paulo	53,7	31,7	26,8	26,8	17,1	12,2	29,3	4,9	14,6	56,1		
<b>REGIÃO SUL</b>	38,4	31,4	15,9	29,4	10,2	12,5	44,6	5,9	34,7	73,9		
Paraná	34,2	31,6	15,8	28,9	13,2	13,2	42,1	2,6	28,9	71,1		
Santa Catarina	58,3	58,3	8,3	16,7	16,7	16,7	58,3	0,0	58,3	75,0		
Rio Grande do Sul	35,5	19,4	19,4	35,5	3,2	9,7	41,9	12,9	32,3	77,4		
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	38,7	36,2	34,5	21,6	12,3	6,9	31,6	7,6	22,0	53,2		
Mato Grosso do Sul	38,2	32,3	44,1	14,7	14,7	5,9	26,5	2,9	17,6	41,2		
Mato Grosso	30,8	46,2	26,9	23,1	7,7	4,4	42,3	10,3	27,0	65,4		
Goiás (2)	41,2	33,8	32,3	25,0	11,8	4,4	30,9	10,3	25,0	55,9		
Distrito Federal (3)	36,8	42,1	36,8	15,8	15,8	26,3	31,6	10,5	10,6	47,4		
<b>BRASIL</b>	37,5	32,2	34,2	24,2	11,8	6,2	29,8	17,4	20,4	54,0		

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor de renda familiar corresponde, no máximo, aos custos de aquisição de alimentos básicos que atendem os requerimentos nutricionais, reconstruídos pela FAO/OMS/UNU, para a família com o seu total.

(2) Inclui-se as pessoas do Estado do Tocantins.

(3) Inclui-se as pessoas de área rural.

des = Dados não significativos na amostra.

Elaboração: IPEA - Coordenação de Políticas Sociais.

POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS TOTAL E INDIGENTE(1) RESIDENTE NAS ÁREAS RURAIS, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE INDIGENTE		POPULAÇÃO INDIGENTE DE 15 A 17 ANOS CUJAS FAMÍLIAS SÃO CHEFIADAS POR MULHERES			POPULAÇÃO INDIGENTE DE 15 A 17 ANOS COM CHEFE DE FAMÍLIA QUE NÃO TRABALHA			POPULAÇÃO INDIGENTE DE 15 A 17 ANOS						
	TOTAL	INDIGENTE	SÃO CHEFIADAS POR MULHERES	COM CHEFE DE FAMÍLIA QUE NÃO TRABALHA	QUE ESTUDAM E NÃO TRABALHAM	QUE SÓ ESTUDAM	QUE SÓ TRABALHAM	QUE ESTUDAM E TRABALHAM	PROCURANDO TRABALHO (Desempregado)	NÃO ESTUDAM E NÃO TRABALHAM	NÃO SABEM LER E ESCRIVER (Analfabeta)	COM A QUARTA SÉRIE CUMPLETA	QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA		
<b>REGIÃO NOROESTE</b>	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...		
Rondônia	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...		
Acre	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...		
Amapá	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...		
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	1.276.359	551.086	90.971	83.645	77.302	218.867	1.914	128.451	210.434	75.540	347.318				
Maranhão	225.246	100.393	24.742	11.313	16.258	40.294	708	16.267	28.281	14.848	56.561				
Piauí	111.517	76.487	9.191	7.106	14.212	33.020	n/a	15.462	30.097	9.195	48.481				
Ceará	191.192	96.152	7.082	13.474	14.214	40.370	n/a	23.244	36.233	12.234	65.614				
Rio Grande do Norte	55.593	27.345	3.644	5.469	7.748	8.659	n/a	8.204	11.396	2.736	15.952				
Paraíba	72.828	45.836	9.165	5.499	8.710	14.210	916	11.459	19.250	5.043	23.668				
Paraíba	133.566	50.761	6.444	10.170	3.971	21.109	n/a	16.260	21.109	9.805	37.369				
Alagoas	74.430	23.765	5.940	5.445	495	7.427	n/a	9.406	10.397	2.970	16.832				
Sergipe	44.460	10.156	2.031	1.450	380	4.062	290	2.903	3.772	2.321	6.965				
Bahia	347.523	119.592	22.724	23.718	16.129	50.628	n/a	23.247	49.900	16.388	73.875				
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	642.239	117.949	23.007	19.447	8.465	54.269	3.000	33.055	14.596	36.284	87.324				
Rio de Janeiro	76.463	13.624	2.537	1.692	n/a	3.383	n/a	3.429	846	2.537	6.812				
Minas Gerais	298.320	64.438	12.249	8.979	5.989	28.712	911	18.509	8.506	21.232	47.721				
Espírito Santo	64.553	21.704	3.101	1.772	1.329	13.288	n/a	6.201	2.215	10.631	19.490				
São Paulo	202.903	18.182	5.120	7.005	1.147	8.885	2.089	4.916	3.029	1.884	13.801				
<b>REGIÃO SUL</b>	491.639	127.178	14.007	15.408	10.329	81.534	2.549	22.860	15.680	49.044	104.394				
Paraná	191.527	55.136	3.441	4.598	4.597	32.742	1.721	12.636	8.898	18.683	45.378				
Santa Catarina	135.560	24.045	3.317	3.317	3.318	16.583	829	2.487	3.317	12.437	19.069				
Rio Grande do Sul	164.552	47.997	7.249	7.494	2.414	32.210	n/a	7.737	3.465	18.524	39.947				
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	179.764	32.130	6.735	4.654	2.781	4.195	398	10.970	8.426	5.910	23.431				
Mato Grosso do Sul	26.135	1.936	n/a	386	n/a	n/a	n/a	1.162	n/a	388	1.162				
Mato Grosso	51.336	5.566	1.171	292	n/a	1.755	n/a	1.467	878	2.344	4.395				
Goiás (2)	102.313	24.628	5.565	3.976	2.781	2.440	398	8.340	7.548	3.177	17.874				
Distrito Federal	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...			
<b>BRASIL (3)</b>	2.590.021	829.343	134.720	123.155	98.877	338.865	7.861	195.336	249.136	167.377	562.467				

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cujo valor da renda familiar correspondente, no ano-base, não atenda os requisitos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo.

(2) Inclui-se as pessoas do Estado do Tocantins.

(3) Excluídas as pessoas das áreas rurais da Região Norte.

Obs - Dados não significativos se omitiram.

Elaborações: IPEA - Coordenação de Políticas Sociais.



CRIANÇAS E ADOLESCENTES, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	TOTAL										METROPOLITANA					RURAL					
	URBANA NÃO METROPOLITANA		METROPOLITANA		RURAL		URBANA NÃO METROPOLITANA		METROPOLITANA		RURAL		URBANA NÃO METROPOLITANA		METROPOLITANA		RURAL				
	0 A 6	7 A 14	15 A 17	0 A 17	0 A 6	7 A 14	15 A 17	0 A 17	0 A 6	7 A 14	15 A 17	0 A 17	0 A 6	7 A 14	15 A 17	0 A 17	0 A 6	7 A 14	15 A 17	0 A 17	
REGIÃO NORTE: (1)	851.578	1.124.391	372.670	2.354.639	689.171	891.993	275.374	1.856.738	168.407	232.398	97.096	497.901	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Roraima	99.299	115.433	40.131	254.863	99.209	115.433	40.131	254.863	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Acre	41.370	14.271	40.129	95.770	41.370	40.129	14.271	95.770	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Amapá	247.404	353.214	106.332	706.950	247.404	353.214	106.332	706.950	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Roraima	14.071	21.306	3.932	39.309	14.071	21.306	3.932	39.309	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Pernambuco	438.882	568.659	200.138	1.207.679	270.475	336.261	103.042	709.778	168.407	232.398	97.096	497.901	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Amapá	16.352	25.650	7.866	50.068	16.352	25.650	7.866	50.068	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
REGIÃO NORDESTE	7.833.137	9.377.872	3.060.390	20.221.349	2.903.128	3.517.602	1.266.681	7.687.411	1.167.655	1.462.650	517.350	3.147.655	3.762.354	4.347.570	1.276.359	9.386.283	1.747.704	770.552	1.328.284	391.316	592.646
Maranhão	1.073.313	1.239.538	387.394	2.700.245	360.931	429.462	162.148	952.341	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Pernambuco	521.192	607.672	219.251	1.348.115	218.415	251.414	107.734	577.524	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Ceará	1.159.558	1.360.646	457.449	2.977.653	280.352	336.808	118.088	735.248	354.412	411.540	148.169	914.121	524.794	612.298	191.192	1.328.284	391.316	592.646	1.116.081	520.122	
Rio Grande do Norte	419.535	462.557	158.518	1.040.610	255.368	291.001	102.925	649.294	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Pernambuco	574.568	695.638	216.248	1.486.454	342.680	407.908	143.420	894.008	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Alagoas	1.271.530	1.503.750	549.885	3.325.165	365.198	436.432	181.861	983.491	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Pernambuco	460.820	550.249	184.749	1.175.818	243.229	302.148	110.319	655.696	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Sergipe	259.862	301.463	93.261	654.686	127.130	150.187	48.801	326.118	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Bahia	2.112.659	2.606.309	793.635	5.512.603	709.825	912.242	291.385	1.913.452	372.180	481.038	154.723	1.007.941	1.030.654	1.213.029	347.527	2.591.210	4.140.930	452.074	1.832.021	415.044	
REGIÃO SUDESTE	8.964.471	11.669.176	3.814.064	24.447.711	3.108.914	4.213.583	1.398.175	8.720.672	4.359.882	5.452.577	1.773.650	11.586.109	1.495.675	2.003.016	642.239	4.140.930	1.747.704	770.552	1.328.284	391.316	592.646
Rio de Janeiro	1.714.879	2.291.313	767.501	4.774.193	204.682	248.474	96.306	549.462	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Minas Gerais	2.333.134	2.999.196	1.006.438	6.358.768	1.167.900	1.417.941	491.600	3.077.441	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Espírito Santo	408.131	506.131	159.205	1.073.655	247.133	316.826	94.652	658.611	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
São Paulo	4.488.139	5.872.036	1.880.920	12.241.095	1.489.199	2.230.342	715.617	4.435.158	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
REGIÃO SUL	3.386.332	4.032.168	1.354.305	8.772.805	1.491.013	1.689.416	557.332	3.737.761	742.244	951.991	305.334	1.999.569	1.153.075	1.590.761	491.639	3.035.475	1.747.704	770.552	1.328.284	391.316	592.646
Pernambuco	1.413.246	1.725.032	572.384	3.710.662	601.221	695.629	238.477	1.535.327	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Santa Catarina	673.134	789.418	287.283	1.749.835	413.583	455.934	151.723	1.021.240	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Rio Grande do Sul	1.299.952	1.517.718	494.638	3.312.308	476.209	537.853	167.132	1.181.194	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
REGIÃO CENTRO-OESTE	1.657.091	1.992.224	681.939	4.231.254	1.169.383	1.433.112	502.155	3.104.850	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Mato Grosso do Sul	302.259	343.100	113.674	759.053	229.395	287.700	87.359	578.834	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Mato Grosso	287.925	359.189	120.741	767.855	155.263	210.508	69.405	435.176	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Goiás (2)	788.790	970.687	335.034	2.094.511	512.608	635.656	232.721	1.380.985	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Distrito Federal	278.117	319.248	112.490	709.855	278.117	319.248	112.490	709.855	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
BRASIL (3)	22.698.609	28.145.781	9.283.548	60.127.758	9.561.809	11.745.706	3.999.917	25.107.432	6.438.188	8.099.616	2.693.430	17.231.254	6.898.612	8.300.459	2.590.021	17.789.092	1.747.704	770.552	1.328.284	391.316	592.646

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 1990.

(1) Exclutivos as pessoas de área rural.

(2) Indicativo as pessoas do Estado do Tocantins.

(3) Exclutivos as pessoas de área rural do Distrito Federal.

Elaboração: IPEA - Coordenação de Políticas Sociais.

---

**PUBLICAÇÕES DO IPEA (TEXTOS)**  
**1992 / 1993**

**TEXTO PARA DISCUSSÃO — TD**

- N.º 241 "Qualidade, Eficiência e Equidade no Ensino de 1.º grau: Elementos para Reflexão e Debate", Antonio Augusto de Almeida Neto e José Parente Filho, janeiro 1992, 27p.
- N.º 244 "Dumping e o MERCOSUL", Luis Augusto Pereira Souto-Maior, fevereiro 1992, 14 p.
- N.º 245 "Uma Avaliação dos Investimentos na Infra-Estrutura Rodoviária no Período 1980/1989", Ruy Silva Pessoa, março 1992, 15 p.
- N.º 246 "Exportação: Índices Setoriais para o Período 1980/88", Armando Castelar Pinheiro, março 1992, 25 p.
- N.º 247 "Liberalização Comercial, Distribuição e Emprego", Edward J. Amadeo e José Márcio Camargo, março 1992, 18 p.
- N.º 248 "Loss in Forest Resource Values Due to Agricultural Land Conversion in Brazil", Ronaldo Serôa da Motta e Peter Herman May, março 1992, 23 p.
- N.º 249 "Análise da Estrutura Funcional do Gasto Público no Brasil 1985-1990, José Rildo de Medeiros Guedes, Eduardo Felipe Ohana e Carlos Mussi, abril 1992, 47 p. + anexos.
- N.º 250 "Previsões de Séries Económicas com Modelos Bayesianos Univanados, Ana Beatriz S. Monteiro, Hélio S. Migon e Ajax R. B. Moreira, abril 1992, 29 p.
- N.º 251 "Proposta de um Referencial Básico para a Discussão da Seguridade Social", Francisco Eduard B. de Oliveira, abril 1992, 28 p.
- N.º 252 "Considerações sobre o Sucateamento da Rede Pública e Privada de Saúde, André Cezar Médici e Francisco E. B. de Oliveira, abril 1992, 17 p.
- N.º 253 "Os Programas de Alimentação e Nutrição para Mães e Crianças no Brasil", Anna Maria Medeiros Peliano, abril 1992, 22 p.
- N.º 254 "A Equação da Restrição Orçamentária do Governo: uma resenha de usos e interpretações", José W. Rossi, abril 1992, 48 p.
- N.º 255 "Setor Público Federal no Brasil: despesas com pessoal e alguns comentários sobre a isonomia salarial", Eduardo Felipe Ohana, Carlos H. F. Mussi e Ana Lúcia Dezoit, maio 1992, 16 p..
- N.º 256 "Technological Progress and Diffusion: decomposing total factor productivity growth in brazilian manufacturing", Armando Castelar Pinheiro, maio 1992, 40 p.
- N.º 257 "Indicadores de Competitividade das Exportações: resultados setoriais para o período 1980/88", Armando Castelar Pinheiro, Ajax Reynaldo Bello Moreira e Maria Helena Horta, maio 1992, 60 p.
- N.º 258 "Perdas e Serviços Ambientais do Recurso Água para Uso Doméstico", Ronaldo Serôa da Motta, Ana Paula Fernandes Mendes, Francisco Eduardo Mendes, Carlos Eduardo Firckkmann Young, maio 1992, 39 p.
- N.º 259 "Inflação e Hiato de Produto: Experiências e Sugestões", Carlos H. F. Mussi e Eduardo Felipe Ohana, maio 1992, 18 p.
- N.º 260 "Capital Estrangeiro no Brasil: Expectativas quanto à Reversão de Comportamento", Daniel Lafeté, maio 1992, 11 p.
- N.º 261 "As Empresas Estatais e o Programa de Privatização do Governo Collor", Armando Castelar Pinheiro e Fábio Giambiagi, maio 1992, 62 p.
- N.º 262 "Experiências Espanholas e Francesas em Programas de Qualidade", Antonio Carlos da R. Xavier e Luis Fernando Tironi, junho 1992, 18 p.
- N.º 263 "Indicadores da Qualidade e Produtividade — um relato de experiências no setor público", Luis Fernando Tironi, Ademar Kyotoshi Sato, Bolivar Pêgo Filho, Jorge Conrado Kosak, Roberto Sant'Anna Mattos, Ruy Silva Pessoa e Sérgio Francisco Piola, junho 1992, 24 p.
- N.º 264 "As Políticas de Concorrência (ou Antitruste): um panorama da experiência mundial e sua atualidade para o Brasil", Lúcia Helena Salgado, junho 1992, 44 p.
- N.º 265 "An Econometric Model of Amazon Deforestation", Eustáquio José Reis e Rolando M. Gusman, junho 1992, 27 p.
- N.º 266 "A Colonização Sustentável na Amazônia", Anna Luiza Ozório de Almeida, Angela Moulin S. Penava Santos, Adriana Freitas Alves e Maria da Piedade Morais, julho 1992, 109 p.
- N.º 267 "Efeitos Dinâmicos dos Choques de Oferta e Demanda Agregada sobre o Nível de Atividade Económica do Brasil", Elcyon Calado Rocha Lima, Hélio S. Migon e Hedibert Freitas Lopes, julho 1992, 32 p.
- N.º 268 "Projetos de Irrigação no Vale do Babo São Francisco", José Anselmo de Góis, Maria de Fátima Araújo Paiva e Sônia Maria Goes Tavares, julho 1992, 40 p.
- N.º 269 "A Evolução do MERCOSUL no período de Transição: hipóteses alternativas e cenários", Pedro Motta Veiga, março 1992, 45 p.
- N.º 270 "Uma Análise dos Investimentos na Infra-Estrutura Rodoviária Federal nos Anos Oitenta", Ruy Silva Pessoa, junho 1992, 17 p.
- N.º 271 "Flexibilidade e Mercado de Trabalho: Modelos Teóricos e a Experiência dos Países Centrais Durante os Anos 80", Carlos Alberto Ramos, agosto 1992, 51 p.
- N.º 272 "Produtividade e heterogeneidade de Tamanho na Indústria de Transformação Brasileira: (1980-1985)", Mercedes Magdalena Lizardo Espinal, agosto 1992, 76 p.
- N.º 273 "Transporte Urbano de Passageiros: a tanta como fonte de recursos", Iêda Maria de O. Lima, setembro 1992, 17 p.
- N.º 274 "O Que Demonstram os Indicadores sobre a Pobreza na Década Perdida", Luis Carlos Eichenberg Silva (Coord.), agosto 1992, 49 p.
- N.º 275 "Reshaping U.S. Foreign Policy in the 90's: a view from the periphery", Luis Fernando de Lara Resende, setembro 1992, 22 p.
-



- N.º 276 "As Pesquisas Francesas sobre as Condições de Trabalho e a Organização do Trabalho: dos Métodos aos Resultados", Serge Volkoff, setembro 1992, 26 p.
- N.º 277 "Metodologias para Levantamento Quantitativo sobre Difusão das Novas Tecnologias no Processo de Trabalho", Helena Sumiko Hirata e Máio Sérgio Salerno, setembro 1992, 20 p.
- N.º 278 "Poor and Non-Poor in the Brazilian Labor Market", Sonia Rocha, outubro 1992, 14 p.
- N.º 279 "A Note on Temporal Evolution of the Relationship Between Wages and Education Among Brazilian Prime-Age Males: 1976-1989", Lauro Ramos e Ricardo Paes de Barros, outubro 1992, 28 p.
- N.º 280 "Mobilidade de Renda no Brasil: 1981/1989", Ricardo Paes de Barros, Lauro Ramos e José Guilherme de Almeida Reis, outubro 1992, 22 p.
- N.º 281 "The 'Abertura' in Brazil: the Day-After of the Brazilian Intelligence 'Monster' ", L. A. Bittencourt Emílio, novembro 1992, 16 p.
- N.º 282 "As Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano no Biênio 1989/1990", Edgar Bastos de Souza (org.), novembro 1992, 25 p. + anexos
- N.º 283 "O Mercosul e as Zonas Francas, Zonas de Processamento de Exportações, Áreas de Livre Comércio e Áreas Aduaneiras Especiais", Edgard Antônio Pereira e Ricardo Romano, dezembro 1992, 21 p. + anexos
- N.º 284 "A Desregulamentação do Setor Transportes: o caso do subsector portuário", Newton Rabello de Castro Junior e Philippe Lamy, novembro 1992, 45 p.
- N.º 285 "Técnicas Empíricas de Decomposição: uma abordagem baseada em simulações contrafactuais", Ricardo Paes de Barros, Renata Jeronymo, Rosane Mendonça, Valéria Pero, Eleonora Santos e Cláudia Trindade, dezembro 1992, 23 p.
- N.º 286 "A Evolução do Bem-Estar e da Desigualdade no Brasil desde 1960", Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça, dezembro 1992, 30 p.
- N.º 287 "Desempenho Exportador, Regulamentação Internacional e Privatização: o caso da siderurgia brasileira", Máio M. C. Mesquita e Leane C. Naidim, dezembro 1992, 51 p.
- N.º 288 "Distribuição de Renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70", Régis Bonelli e Lauro Ramos, janeiro 1993, 32 p.
- N.º 289 "Current Status of water Pollution Control in Brazil", Ronaldo Serôa, Guilhermino O. Filho, Francisco Eduardo Mendes, Cynthia A. Nascimento, fevereiro 1993.
- N.º 290 "Sistemas e Instrumentos de Estímulos às Exportações nos Países do Mercosul", Eduardo Augusto Guimarães, coord., janeiro 1993, 28 p. + anexo.
- N.º 291 "Informal Labor Contracts: A Solution or a Problem?", Ricardo Barros, Ricardo Mello, Valéria Pero, janeiro 1993.
- N.º 292 "Salvaguardas: Achegas a uma Nova Legislação Comun aos Países do Mercosul", Luiz A. P. Souto Maior, 24 p.
- N.º 293 "Fontes de Financiamento para a Infra-Estrutura Rodoviária Federal: necessidade de recomposição", Ruy Silva Pessoa, fevereiro 1993, 12 p. + anexo
- N.º 294 "Income Inequality in Education, and Children's Schooling Attainment in Brazil", Ricardo Paes de Barros e David Lam, março 1993, 35 p.
- N.º 295 "Modernização Tecnológica e Formação Técnico-Profissional no Brasil: impasses e desafios", Tereza Cristina Kirschner, março 1993, 54 p. + anexo.
- N.º 296 "Sistema de Informações: transporte coletivo urbano de passageiros", Lúcia Malnati Pananello, março 1993, 2 v.
- N.º 297 "Aspectos Políticos e Económicos das Recetas e dos Gastos Públicos no Brasil", Nilson Holanda, abril 1993, 42 p.
- N.º 298 "Inflation and Unemployment as Determinants of Inequality in Brazil: the 1980", Eliana Cardoso, Ricardo Paes de Barros e André Urani, abril 1993, 29 p.
- N.º 299 "The Challenge of Reforming Social Security in Latin America", Francisco Eduardo Barreto de Oliveira, maio 1993, 39 p.
- N.º 300 "Incentivos Fiscais e Creditícios às Exportações Brasileiras: resultados setoriais para o período 1980-91", Armando Castelar Pinheiro, Cláudia Pio Borges, Sonia Zagury e Máio Mesquita, maio 1993, 39 p.
- N.º 301 "Agregação Monetária com o Índice Divisa: aplicação ao caso brasileiro", José W. Rossi, maio 1993, 27 p.
- N.º 302 "Inflação e Variabilidade dos Preços Relativos com Abordagem Novo-Clássica: teoria e evidência empírica para o Brasil", José Coelho Matos Filho, junho 1993, 51 p. + anexos
- N.º 303 "A Moderna Tributação do Consumo", Fernando Rezende, junho 1993, 39 p. + anexos
- N.º 304 "Avaliação das Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Saneamento em 1991", Edgar Bastos de Souza, Dilma Sell Pena Pereira, Aldo Moreira Lima e Emmanuel Cavalcante Porto, junho 1993, 22 p. + anexos
- N.º 305 "Ações Governamentais para a Qualidade e Produtividade nos EUA: relatório de viagem", Luís Fernando Tironi e Fábio Ferreira Batista, junho 1993, 17 p.
- N.º 306 "Uma Análise Desagregada do Comércio Exterior Brasileiro no Período 1974/92", Armando Castelar Pinheiro, junho 1993, 29 p.
- N.º 307 "Unequal Opportunity to Survive, Education and Regional Disparities in Brazil", Ricardo Paes de Barros e Diana Sawyer, julho 1993, 20 p.
- N.º 308 "Poverty and Public Utilities Pricing", Thompson Almeida Andrade, julho 1993, 26 p.
- N.º 309 "Comércio: fronteira de negócios na colonização da Amazônia", Angela Moulin S. Penalba Santos, julho 1993, 48 p.
- N.º 310 "Poverty Among Female-Headed Households in Brazil", Ricardo Paes de Barros, Louise Fox e Rosane Silva Pinto de Mendonça, agosto 1993, 41 p.
- N.º 311 "Regional Disparities in Education Within Brazil: the role of quality of education", Ricardo Paes de Barros, Rosane Silva Pinto de Mendonça e James Alan Shope, agosto 1993, 9 p.
- N.º 312 "A Desregulamentação do Mercado e das Relações de Trabalho no Brasil: potencial e limitações", Jorge Jatobá e Everardo Gaspar Lopes de Andrade, agosto 1993, 28 p.
- N.º 313 "Condiçõantes e Diretrizes da Política para a Abertura Comercial Brasileira: relatório final", Geaner Oliveira (coord.), setembro 1993, 35 p. + anexos.

- N.º 314 "Descentralização: um tema complexo", Ademar K. Sato, outubro 1993, 20 p.  
 N.º 315 "Construção de uma Matriz Energética para o Brasil", Roberto Luis Olinto Ramos, Ajax R. B. Moreira e Marco Antônio Rosa, setembro 1993, 72 p.  
 N.º 316 "Universalização com Qualidade: uma proposta de reorganização do sistema de saúde no Brasil", André Cezar Medici, Francisco E. B. de Oliveira e Kaizô Iwakami Beltrão, outubro 1993, 22 p.  
 N.º 317 "Human Resources in the Adjustmens Process", Edward Amadeo, Ricardo Paes de Barros, José Márcio Camargo, Rosane Silva Pinto de Mendonça, Valéria Pero e André Urani, outubro 1993, 89 p.  
 N.º 318 "Infra-Estrutura, Comercialização e Competitividade da Agncultura Brasileira", Léo da Rocha Ferreira, Heloisa Lee Burnquist e Danilo Rolim, outubro 1993, 63 p.  
 N.º 319 "Desregulamentação do Setor Transporte: o subsetor transporte aéreo de passageiros", Newton de Castro e Philippe Lamy, outubro 1993, 58 p.  
 N.º 320 "Quem Ganha Salário Mínimo no Brasil?", José Guilherme A. Reis e Lauro Ramos, outubro 1993, 19 p.  
 N.º 321 "Ensino Superior no Brasil 1980-1991", Edlamar Batista, outubro 1993, 34 p.  
 N.º 322 "Avaliação e Agenda do Programa Nacional de Desestatização", Octávio A. F. Tourinho e Ricardo L. L. Vianna, outubro 1993, 38 p.  
 N.º 323 "Brazilian Privatization in the 1990s", Armando Castelar Pinheiro e Fábio Giambiagi, outubro 1993, 36 p.  
 N.º 324 "Motivação e Estrutura do Programa Nacional de Desestatização", Octávio A. F. Tourinho e Ricardo L. L. Vianna, outubro 1993, 31 p.

## RELATÓRIO INTERNO — RI

Nota: Esta série, Relatório interno, mudou a numeração a partir da reestruturação editorial começando do número 01, em cada Coordenação, a saber

### Diretoria Executiva

- N.º 01/92 "Indústria Automobilística Brasileira: situação atual, perspectivas e sugestões para sua reestruturação", Ruy Quadros de Carvalho, junho 1992, 6 p.  
 N.º 02/92 "A Inflação Esperada em 1992: simulações", Luiz Zottmann, julho 1992, 5 p.  
 N.º 03/92 "Imposto sobre Transações Financeiras: reflexões e simulações", Luiz Zottmann, agosto 1992, 6p.

### Diretoria de Pesquisa

- N.º 01/92 "Adam Smith, Gerson e a Cooperação", Fábio Stefano Erber, junho 1992, 13 p.  
 N.º 02/92 "O Sistema de Saúde Chileno: Mitos e Realidades", André Cezar Medici, Francisco E. B. de Oliveira e Kaizô Iwakami Beltrão, agosto 1992, 105 p.  
 N.º 03/92 "Proposta de um Modelo de Seguridade Social", Francisco E. B. de Oliveira, Kaizô Iwakami Beltrão e André Cezar Medici, agosto 1992, 38 p.  
 N.º 04/92 "A Dimensão do Setor Saúde no Brasil", André Cezar Medici e Francisco E. B. de Oliveira, agosto 1992, 72 p.  
 N.º 05/92 "Mudanças Estruturais e Políticas Industriais", Fábio Erber, agosto 1992, 16 p.

### Diretoria de Administração e Desenvolvimento Institucional

- N.º 01/93 "O Brasil e a Presença Militar dos Estados Unidos na Guiana", Luiz Cezar Loureiro de Azeredo, outubro 1993, 04 p.

### Diretoria de Políticas Públicas

- N.º 01/92 "Implantação de um Sistema de Gerência da Qualidade Total", Antônio Carlos Da Ressurreição Xavier e Rose Mary Longo, setembro 1992, 2p.  
 N.º 01/93 "Qualidade Total na Área de Serviços: como implantar um programa de melhora contínua no setor público", junho 1993, 5 p.

### Coordenação de Política Macroeconômica — CPM

- N.º 01/92 "Saldo da Balança Comercial: atualização das projeções e simulações para o ano de 1992", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, março 1992, 1 p.  
 N.º 02/92 "A Política de Juros e o Afluxo de Capitais Externos: Existe um Problema?", Eduardo Felipe Ohana, abril 1992, 3p.  
 N.º 03/92 "A Capacidade de Pagamento do Setor Público: um Conceito Operacional", Eduardo Felipe Ohana, abril 1992, 3 p.  
 N.º 04/92 "A Balança Comercial em 1992: atualização das Previsões e Simulações", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, maio 1992, 1 p.  
 N.º 05/92 "Atualização das Previsões e Simulações para as Exportações Totais Brasileiras", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, junho 1992, 1 p.  
 N.º 06/92 "A Balança Comercial Brasileira: Atualização das Projeções para o Ano de 1992", Mary de Melo Souza, julho 1992, 1 p.  
 N.º 07/92 "O Saldo Comercial do Brasil em 1992: Projeções Atualizadas", Mary de Melo Souza, agosto 1992, 2 p.  
 N.º 08/92 "Revisão das Projeções da Balança Comercial", Mary de Melo Souza, setembro 1992, 3 p.  
 N.º 09/92 "Reforma do Sistema Financeiro Nacional", José Romeu de Vasconcelos e Roberto Shoji Ogasavara, dezembro 1992, 6 p.  
 N.º 10/92 "Atualização das Projeções da Balança Comercial", Mary de Melo Souza, dezembro 1992, 3 p.  
 N.º 01/93 "O Comportamento Previsto para a Produção Industrial em 1993, de Acordo com Modelos Função Transferência", Mary de Melo Souza, março 1993, 3 p.

- N.º 02/93 "Indicadores Antecedentes e Simulações para as Exportações e Importações Totais Brasileiras", Mary de Melo Souza, julho 1993, 3p.
- N.º 03/93 "Setor Produtivo Privado: indicadores econômico-financeiros (1986/92)", Paulo Zolhof, agosto 1993, 4 p.

### Coordenação de Difusão Técnica e Informações — CDTI

- N.º 01/92 "O Saldo da Balança Comercial: simulação preliminar para o ano de 1992 — um sinalizador para a política econômica", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, janeiro 1992, 1p.
- N.º 02/92 "O Saldo da Balança Comercial: análise retrospectiva e simulação preliminar para o ano de 1992", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, fevereiro 1992, 2p.

### Coordenação de Política Social — CPS

- N.º 01/92 "FGTS, Questões Atuais", Roberto A. Zomboni, setembro 1992, 5 p.
- N.º 02/92 "Descentralização Tutelada", Solon Magalhães Vianna, setembro 1992, 5 p.
- N.º 03/92 "Programas de Alimentação e Nutrição para as Crianças e Adolescentes. Qual o Destino?", Anna Maria Peliano e Nathalia Beghin, outubro 1992, 3 p. + anexo.
- N.º 04/92 "Índice de Qualificação do Corpo Docente das Universidades Brasileiras", Raulino Tramontin, outubro 1992, 25 p.
- N.º 05/92 "O Novo Padrão de Gerenciamento do Setor Público: As Organizações Para Governamentais e a Alimentação dos mais Pobres no DF", Anna Maria Peliano, novembro 1992, 03 p.
- N.º 06/92 "A Descentralização da Merenda Escolar", Anna Maria Peliano e Nathalie Begin, dezembro 1992, 4 p.
- N.º 07/92 "O Papel do Estado na Área de Alimentação e Nutrição", Anna Maria Peliano e Nathalie Begin, dezembro 1992, 10 p.
- N.º 08/92 "Brasil: Indicadores Sociais", Solon Magalhães Vianna, coord., novembro 1992, 14 p. + anexos
- N.º 09/92 "Gestão do Financiamento do Setor Público", Dilma Seli Pena Pereira, dezembro 1992, 5 p.
- N.º 10/92 "Alocação de Recursos, Eficiência, Equidade e Qualidade no Ensino Fundamental: uma estratégia de ação para o governo federal", Antonio Carlos da Ressurreição Xavier e José Amaral Sobrinho, dezembro 1992, 4 p.
- N.º 01/93 "Alguns Desafios Atuais da Formação de Professores de Educação Básica", Pedro Demo, maio 1993, 7 p.
- N.º 02/93 "A Política de Assistência Social para o Idoso no Brasil", Maria das Dores Gonçalves, junho 1993, 5 p.
- N.º 03/93 "Transformação Produtiva com equidade: a proposta da Cepal pode ser útil para o Brasil", Ronaldo Coutinho Garcia, outubro 1993, 08 p.

### Coordenação de Política Setorial — CPSE

- N.º 01/93 "Propostas para o Novo Plano Nacional de Viação — PNV", Ruy Silva Pessoa, janeiro 1993, 5 p.

### Coordenação de Desenvolvimento Institucional — CDI

- N.º 01/93 "Programa da Qualidade e Produtividade: realidade ou utopia", Rosa Mary Juliano Longo, fevereiro 1993, 3 p.

## CADERNO DE ECONOMIA — CE

- N.º 11/92 "Tendências da Reestruturação da Indústria nos Países Desenvolvidos no Anos 80", Manano Francisco Lapiane, outubro 1992, 158 p.
- N.º 12/92 "Um 'Mal Necessário'? Comercialização Agrícola e Desenvolvimento Capitalista no Brasil", Renato Sérgio Jami Maluf, novembro 1992, 238 p.
- N.º 13/93 "Pobreza: conceito e mensuração", Mauricio Costa Romão, fevereiro 1993, 209 p.

## DOCUMENTO DE POLÍTICA — DP

- N.º 07/92 "Análise Econômico — Financeira dos Bancos Estaduais", José Romeu de Vasconcelos e Roberto Shoji Ogasavara, 1992, 19p. + anexos.
- N.º 08/92 "As Contribuições Sociais de Empregadores e Trabalhadores: repercussões sobre o mercado de trabalho e grau de evasão", Sandra Cristina F. de Almeida, 1992, 27 p. + anexos.
- N.º 09/92 "A Política de Medicamentos no Brasil", André César Médici, Kaizô Iwakami Beltrão e Francisco de Oliveira, março 1992, 88p.
- N.º 10/92 "A Política Salarial no Governo Collor: padrões de Negociação entre o executivo e legislativo", Maria Helena de Castro Santos, Maria das Graças Riva e Carlos R. Pio da Costa Filho, junho 1992, 27p.
- N.º 11/92 "Segurança Social: proposta de reforma constitucional", André César Médici, Francisco de Oliveira e Kaizô Beltrão, junho 1992, 11 p.
- N.º 12/92 "Propostas de Política Social", Anna Maria Peliano (Coord.), outubro 1992, 57 p.
- N.º 13/93 "Política Social e Reforma Fiscal: as áreas de educação e saúde", Edson Nunes e José Brakarz, março 1993, 44 p.
- N.º 14/93 "O Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar", Anna Maria T. M. Peliano (coord.), março 1993, 9 p. + anexos.
- N.º 15/93 "O Mapa da Fome II: informações sobre a indigência por municípios da federação", Anna Maria T. M. Peliano (coord.), maio 1993, 7 p. + anexos
- N.º 16/93 "Projeto do Banco Central Independente", José Romeu de Vasconcelos, maio 1993, 16 p.
- N.º 17/93 "O Mapa da Fome III: indicadores sobre a indigência no Brasil (classificação absoluta e relativa por municípios)", Anna Maria T. M. Peliano. (coord.), agosto 1993, 6 p. + anexos.
- N.º 18/93 "Os Estudos de Impactos Ambientais no Brasil: uma análise de sua efetividade", Severino Soares Agra Filho, outubro 1993, 73 p. + anexos.

